5 DE DEZEMBRO DE 2023
ANO XXXIII Nº317 GRATUITO PERIÓDICO
DIRETORA ANA FILIPA PAZ
EDITORES EXECUTIVOS DANIELA FAZENDEIRO E CLARA NETO

acabra

JORNAL UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA

Futuro da Bienal em causa por requalificação do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova

No caso de não haver condições para ser realizada, "mais vale acabar" com Anozero, confessa diretor do CAPC, Carlos Antunes. Presidente da CMC defende requalificação do Mosteiro a fim da construção de hotel de luxo pelo seu potencial económico para Coimbra. Manifesto de solidariedade para manutenção do evento no património, elaborado na América Latina, vai ser divulgado em breve.

- PÁG. 10 -

ENSINO

- PÁG. 02 -

Presidente da DG/AAC acredita que concretizou maioria dos objetivos do seu mandato. João Caseiro considera que a sua equipa conseguiu recuperar a situação financeira da Casa. Papel forte na reivindicação de melhor Ação Social é ponto positivo destacado.

CULTURA

- PÁG. 07 -

Quatro décadas a celebrar a "corda como elemento unificador da cultura portuguesa" trazem o Grupo de Cordas ao TAGV no próximo dia 6, com grupos convidados à mistura.

DESPORTO

- PÁG. 09 -

SeWcção de Rugby da Associação Académica de Coimbra reflete futuro da estrutura perante a visibilidade do Mundial. Treinador-adjunto realça "frustração dos atletas por ausência de incentivos".

CIÊNCIA

- PÁG. 13 -

Movimento "Fim ao Fóssil, Ocupa!" organiza ações disruptivas contra uso de energias não-renováveis a fim de alertar para as alterações climáticas. Apesar de mostrarem preocupação, cidadãos desconhecem como colocar em prática planos de ação.

CIDADE

- PÁG. 15 -

Entrevista ao último pintor-cerâmico de louça "ratinho" em Portugal. Arte representa deslocações feitas por camponeses para trabalhar nas terras alentejanas.

Por Clara Neto

Dois anos de mandato com "respeito, rigor, responsabilidade e compromisso"

Presidente da DG/AAC admite balanço positivo do seu mandato com maioria dos objetivos concretizados. João Caseiro destaca fundo de ação social António Luís Gomes e atribuição do título de associado honorário a Cesário Silva como momentos marcantes da sua passagem pela AAC.

- POR IVAN BARBEIRA & XAVIER MARQUES -

A tua Direção-Geral teve o compromisso de recuperar a situação financeira da Associação Académica de Coimbra. Consideras que o concretizaram?

Sim. Em termos de apoio diretos às secções e aos núcleos, conseguimos recuperar uma vertente perdida, fruto do financiamento das festas académicas. Em termos de secções, criámos em 2022 o ValorizAACultura que visa, através de candidaturas das secções culturais, financiar diretamente as estruturas. Na primeira edição, o apoio disponível foi de 15 500 euros, enquanto na segunda aumentámos o montante para 18 mil. Continua a haver a necessidade de mais financiamento para as secções e núcleos, até para a própria DG/AAC. O grande entrave da Casa nos últimos anos é a dívida interna. As direções-gerais focam-se muitas vezes, e a meu ver muito bem, no abate à dívida externa enquanto a interna se mantém, porque a dívida externa é a que traz problemas em termos legais. Nós conseguimos diminuir cerca de 150 mil euros, o que é significativo. A principal dívida interna que existe é entre a DG/AAC e o Conselho Desportivo da AAC (CD/AAC). Assumimos há cerca de um ano e meio alguns cargos administrativos que eram do CD/AAC como compensação para abater a dívida. Nós fizemos algum trabalho na procura de mais financiamento, ainda que, muitas das vezes, o que conseguimos tenha sido residual. Tínhamos, por exemplo, lojas vazias no piso comercial que estão agora em uso, como a barbearia.

Frisaste que o apoio de 233 mil euros por parte da Universidade de Coimbra é insuficiente face ao aumento do custo de vida. Que medidas tomaste para responder a esta questão?

Nós temos, neste momento, um contrato-programa de 233 mil euros, que é o maior apoio que a AAC possui. Fizemos um estudo, para apresentar à Reitoria, em que comparámos contratos-programa das associações académicas, para perceber quanto cada uma recebia por estudante. Nós ficámos abaixo da grande maioria, sendo a que recebe menos por aluno, apesar de sermos das que recebe mais na totalidade. Com o contrato, o valor por aluno continua abaixo do que nós queremos. Além disso, não assinámos nenhum documento, mas ficou alinhado com a pasta do desporto da Reitoria termos uma forma diferente de financiamento. Nos moldes atuais, o contrato-programa tem as componentes desportiva, cultural e cívica no mesmo bolo. O nosso objetivo é ter um documento para cada uma destas componentes. Em especial, para o desporto, queremos que haja um valor base e depois uma parte por objetivos. Quando estamos a competir não sabemos o quão longe vamos e, assim, temos uma aproximação mais real dos custos do desporto universitário.

A Moção Global da Propina proposta no teu mandato não chegou a ser votada. Foi o caminho de remoção gradual de propina o mais eficaz em comparação com o da remoção imediata? Se sim, porquê a falta de êxito na moção?

Não considero que a proposta tenha sido um fracasso. Acredito que é a forma mais real e concretizável que a AAC já teve para chegarmos à propina zero. A falta de êxito deve-se à falta de quórum na Assembleia Magna em que o projeto foi apresentado. É um documento com um diagnóstico e um estudo vasto, que nenhuma outra associação académica no país fez. Este tem três propostas e estamo-nos a focar na referente à redução gradual da propina, porque é a que altera a forma como nós lutamos pela propina zero. Como referimos no estudo, as Instituições de Ensino Superior (IES) dependem financeiramente em 42% de si próprias, através das propinas, taxas, candidaturas, pelo que as IES não podem ficar descalças desse financiamento. Assim, acreditamos que o Estado é responsável por dar este financiamento, daí termos outras propostas complementares a esta, nomeadamente a de devolução das propinas, que iria ser inscrita no Orçamento de Estado pelo Partido Socialista, e uma relativa aos estudantes internacionais.

Em termos de Ação Social, que medidas foram implementadas para melhorar as condições dos estudantes?

Salientava três grandes questões ao nível da Ação Social: as cantinas, os apoios diretos aos estudantes e a habitação. O facto de ainda não se ter colocado a hipótese da subida do valor do prato social é, essencialmente, fruto do trabalho de vigilância e reivindicação da AAC. O outro grande problema, transversal a todo o edificado da Universidade, é as infraestruturas estarem cada vez mais degradadas, como mostrou a queda da pala das Cantinas Azuis. No apoio direto aos estudantes, começámos a desenvolver o Fundo de Ação Social António Luís Gomes [o primeiro presidente da DG/AAC]. A nossa intenção com este fundo é ter um conjunto de critérios mais abrangentes que a bolsa de estudos da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES). Procuramos que seja um mecanismo de apoio da AAC para os estudantes da UC, paralelo e complementar ao Fundo da Ação Social dos SASUC e às bolsas de estudo da DGES. Está próxima a abertura do período de candidaturas e teremos 38 mil euros para atribuir em bolsas. O financiamento advém da Queima das Fitas, através das verbas do Dia do Antigo Estudante, e de iniciativas da AAC. No que toca à habitação, reivindicamos por melhores condições, preços mais acessíveis, maior regulação no mercado e mais habitação pública. Nas residências, ainda no mandato anterior, fomos ver as suas condições e falar com os seus delegados. De seguida, fizemos o relatório Porta a Porta e apresentamos à UC, que investiu 500 mil euros na requalificação das residências.

A AAC saiu do Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA) em 2022. Contudo, declaraste que "a Académica vai participar, da mesma forma, no movimento nacional estudantil e na defesa e proteção dos direitos dos estudantes". Quais são as principais reivindicações nacionais que defenderam?

Continuamos a estar próximos da realidade do movimento nacional estudantil e associativo, pois não construímos muros nas relações institucionais e não paramos de participar em reuniões, fóruns e nas plataformas disponíveis. Nesse sentido, a Federação Académica de Lisboa participou em quase todos os estudos que realizámos e a AAC também participou nas suas iniciativas. Melhorámos também a nossa relação com a Federação Académica do Porto. Houve parcerias em matérias de eventos, como o Comboio do Caloiro em Coimbra, que já não acontecia há uma década. Com a Federação Académica do Desporto Universitário realizámos, este ano, a 1º edição dos Jogos Universitários de Portugal, na Figueira da Foz. Também acolhemos na nossa cidade a sua

assembleia geral e a sua gala. Criámos as condições institucionais para que a AAC se junte ao Conselho Nacional da Juventude, se assim entender. Nós continuamos a ter acesso e presença, mesmo após a saída do ENDA.

A colocação da chapa na antiga Cantina dos Grelhados gerou muita polémica junto dos associados da AAC. Que resultados obtiveste das negociações com a Reitoria?

A meu ver, a AAC foi negligenciada propositadamente durante este processo. Considero que este projeto não surgiu neste reitorado e foi o ponto menos positivo do atual. A AAC não recebeu informação por parte da UC. Após a nossa ação é que os vice-reitores reuniram connosco e tentámos chegar a um ponto de entendimento sobre o que cada uma das partes pensava. O acordo verbal entre a AAC e UC foi que a chapa fosse removida. O que poderá acontecer é que haja uma divisão móvel. O nosso principal receio era que o espaço estivesse gradualmente a ser tomado para o Teatro Académico de Gil Vicente. Nós sempre defendemos que a Cantina dos Grelhados deve ser ser um espaço da cultura académica e não de uma cultura da elite. O caminho está a ser traçado no sentido de ser um local partilhado pela UC e AAC, no qual qualquer alteração significativa tem de ser validada por nós para salvaguardar o seu uso por parte da academia.

O reitor foi reeleito no início do ano. Tens algo a apontar sobre a sua postura neste novo mandato?

Sinto que houve melhorias em relação ao mandato anterior, do qual apontamos falhas que foram corrigidas. A mudança foi positiva e está a trazer uma relação mais próxima entre a AAC e a Reitoria. A equipa é diferente, passou a existir menos vice-reitores e mais pró-reitores. Isso é positivo porque estamos a falar de pessoas que são especialistas ou que estão a dedicar-se mais às suas áreas de intervenção. O próprio reitor mudou ao longo do último ano. Creio que por ser início de um novo mandato, está a conseguir delegar mais a sua representação. Mostrou-se sempre disponível para falar connosco e para nos ouvir.

Qual o momento mais marcante do teu mandato?

O Fundo de Ação Social António Luís Gomes é a grande marca que fica do mandato em termos concretos. Em institucionais, foi a Assembleia Magna do dia 24 de Março, Dia do Estudante, na qual condecorámos o Cesário Silva com a atribuição do título de associado honorário.

Qual o balanço do teu mandato?

Naturalmente, faço um balanço positivo. Nós quando nos propusemos tínhamos cinco grandes pilares e sinto que conseguimos concretizar grande parte dos objetivos. Creio que tivemos a sensibilidade de saber agir nos momentos certos. Não tivemos medo de tomar decisões, mesmo que mais tarde percebêssemos que podíamos ter feito de um modo diferente. Estive em duas direções-gerais em que pude confiar plenamente num conjunto de estudantes com um sentido de compromisso e respeito pela Casa. Não é assim tão fácil assumir a responsabilidade das nossas estruturas e estar cá todos os dias a lutar e a acreditar nisto. Portanto, respeito, rigor, responsabilidade, compromisso, acho que são as palavras que levo daqui.

Por Daniela Fazendeiro

Infiltrações e falta de internet persistem na AAC

Plano de requalificação visa melhoria das infraestruturas da Casa. UC mostra-se disponível para prestar auxílio na resolução dos problemas.

- POR SOFIA CARDOSO & LEONOR VIEGAS -

Por Ana Raquel Cardoso

O atual edifício da Associação Académica de Coimbra (AAC) conta com mais de 60 anos de história. Face à existência de problemas na infraestrutura e na rede, o administrador da Direção-Geral da AAC (DG/AAC), Diogo Tomázio, reconhece que estas constituem um impasse no trabalho das secções. Numa tentativa de resolução, em parceria com a Universidade de Coimbra (UC), a DG/AAC elaborou um plano de requalificação do edifício que contempla duas fases. Apesar de a etapa inicial estar concluída, as adversidades persistem.

Na primeira intervenção, procuraram-se resolver os problemas de infiltrações que afetavam, principalmente, o quinto piso e os terraços da Rádio Universidade de Coimbra e da DG/AAC. Esta situação "estava a estragar as paredes e a impedir o aquecimento da Casa", esclarece Diogo Tomázio. A segunda etapa, que necessita de um licenciamento próprio devido ao edifício ser património mundial da UNESCO, inclui a infraestrutura elétrica e as casas de banho. Além disso, o administrador da DG/AAC declara que, neste momento, já está a ocorrer uma reforma da estrutura da internet do edifício.

As obras relativas à resolução das infiltrações já ocorreram, mas continua a chover dentro do edifício-sede e a verificar-se a existência de humidade. Desta forma, o dirigente revela que a DG/AAC ativou o seguro para "resolver os problemas e garantir que a empresa fosse responsabilizada". Acrescenta que "a firma encarregue já resolveu algumas falhas, mas o processo não está completo".

Por Ana Raquel Cardoso

Diogo Tomázio refere que para a segunda fase, já em etapa de planeamento, a UC contratou uma nova entidade. Segundo o estudante, este processo vai ser "muito mais complexo", uma vez que afeta a infraestrutura elétrica de todos os andares. Nesse sentido, aponta que vai ser necessário encerrar todos os pisos por alguns dias, o que, por consequência, vai levar à utilização de outros espaços por algumas estruturas. Contudo, explica que a questão ainda não está resolvida pela Universidade.

Os problemas de rede que têm afetado o trabalho dos associados devem-se aos equipamentos "antigos e em mau estado", explica o administrador. Com vista à sua resolução, revela que a AAC está em conversações com a UC para a rede 'eduroam' ser implementada no edifício. Contudo, até haver uma solução definitiva, a DG/AAC concordou pagar os gastos de internet, de modo a permitir o funcionamento das estruturas. Diogo Tomázio salienta, ainda, que foram instalados 'routers' novos para fornecer rede a todos os andares.

A parceria entre a UC e a Câmara Municipal de Coimbra, que permite à população da cidade usufruir de rede Wi-Fi em vários pontos da cidade, não cobre a AAC. Diogo Tomázio informa que "está prevista que esta rede pública possa ser utilizada por todos os estudantes" que acedam ao edifício e espaços adjacentes. Segundo o dirigente, "é importante que haja uma rede privada para fins de trabalho das estruturas", que vai ser gratuita e, em caso de haver custos, vão ser cobertos pela DG/AAC.

Em declarações à Televisão da Associação Académica de Coimbra, Diogo Tomázio admite ter ponderado a possibilidade de recorrer à Altice Portugal, empresa privada que fornece a internet utilizada pela DG/AAC. Porém, esta hipótese foi descartada, uma vez que "a UC se mostrou disponível para fornecer a sua rede com os novos equipamentos instalados", explicita o responsável.

O dirigente destaca a dispersão de informação como um impasse na comunicação com a UC. No entanto, sublinha que a instituição tem efetuado esforços ao nomear uma pessoa especializada para o contacto com a Académica. "É essencial que a AAC tenha uma boa relação com a UC para que a Casa evolua", assevera.

Em declarações ao Jornal A CABRA, a reitoria assinala que "tem procurado garantir as melhores condições de funcionamento para as infraestruturas". Mostra-se também disponível para colaborar com a AAC na resolução de qualquer problema. Contudo, não adianta mais informação.

De modo a garantir a qualidade dos espaços da Casa, Diogo Tomázio acredita que é necessário haver requalificação e manutenção. Assim, considera que esta revisão deve ser mensal ou bianual e supervisionada, tanto pela DG/AAC, como pela reitoria da UC.

Apesar da mudança de equipa da DG/AAC, motivada pela tomada de posse com lugar em dezembro, o administrador garante, com certeza, que "a segunda fase vai continuar". Em relação ao plano da internet, apesar de o considerar benéfico para as secções, não assegura que tenha continuidade.

Mesmo após as intervenções com vista a restaurar a estrutura do edifício, Diogo Tomázio acredita que os problemas de humidade vão persistir. Esta questão deve-se ao facto de o edifício da associação ser antigo e não ter a devida manutenção, pelo que a infraestrutura elétrica pode voltar a ficar afetada no futuro.

Transição digital na AAC continua a gerar discórdia

Contrato de confidencialidade é um dos motivos da saída do CIAAC. DG/AAC prioriza "estruturas profissionalizadas".

- POR IRIS JESUS & LUÍSA MALVA -

A transição digital da Associação Académica de Coimbra (AAC) suscita curiosidade nos corredores da academia. O Plano de DigitalizAACao, um processo de passagem do analógico para o tecnológico, foi anunciado pela Direção-Geral da AAC (DG/AAC) a 21 de julho de 2023. O projeto surgiu da "necessidade de fazer uma passagem sustentável dos procedimentos devolutos da AAC", explica o administrador da DG/AAC, Diogo Tomázio. De momento, a iniciativa está prevista decorrer ao longo de três anos e pretende-se que passe entre mandatos. Apesar disto, desde a discórdia no centro da academia em agosto que o projeto não apresenta desenvolvimentos públicos.

O envolvimento do CIAAC

"No início, o Centro de Informática da AAC (CIAAC) contestou não estar envolvido na análise e discussão da estratégia", declara Paulo Ramos, presidente do órgão. Nesse sentido, a secção cultural apresentou uma ação de conflito de competências vertical contra a DG/AAC ao Conselho Fiscal da AAC (CF/AAC). O despacho emitido pela entidade de fiscalização favoreceu o CIAAC e determinou que as duas estruturas deveriam colaborar na elaboração do projeto.

No passado mês de setembro foi convocada uma reunião entre as duas partes integrantes do conflito e o CF/AAC. Nesta reunião, os participantes foram levados a assinar um contrato de confidencialidade proposto pela DG/AAC. A secção discordou da decisão unilateral de sigilo, da reunião e do plano. Assim, a 25 de setembro de 2023, apresentou a sua saída do projeto, alegando "sentir que o CIAAC não teria qualquer influência", informa Paulo Ramos.

As etapas do plano

Durante o verão, a DG/AAC enviou formulários para todas as estruturas da Casa, de modo a identificar "os processos que as estruturas utilizam no seu quotidiano", explica Diogo Tomázio. Esta recognição teve em vista a "criação de métodos para a automatização destes procedimentos". Na visão do presidente do CIAAC, o modelo escolhido apresenta falhas estruturais, que começam na falta de "boas normas" na sua elaboração, visto que os questionários possuem "perguntas que inclinam para o positivo ou negativo".

Sobre os avanços do DigitalizAACão, o administrador da DG/AAC revela que a sua realização tem seis fases. De momento, está na fase zero, que envolve o planeamento e a decisão sobre os próximos passos. O resultado desta etapa vai refletir-se na fase um, que corresponde à apresentação de um documento de transição digital, no qual vão constar os processos alvo desta mudança. As fases seguintes vão incluir "a execução do projeto, bem como a aquisição e angariação de fundos", revela Diogo Tomázio. A proteção de dados dos associados é, ainda, um ponto visado e, segundo o administrador, deve abranger "todos os seus âmbitos" e ser incluída nos Estatutos da Casa.

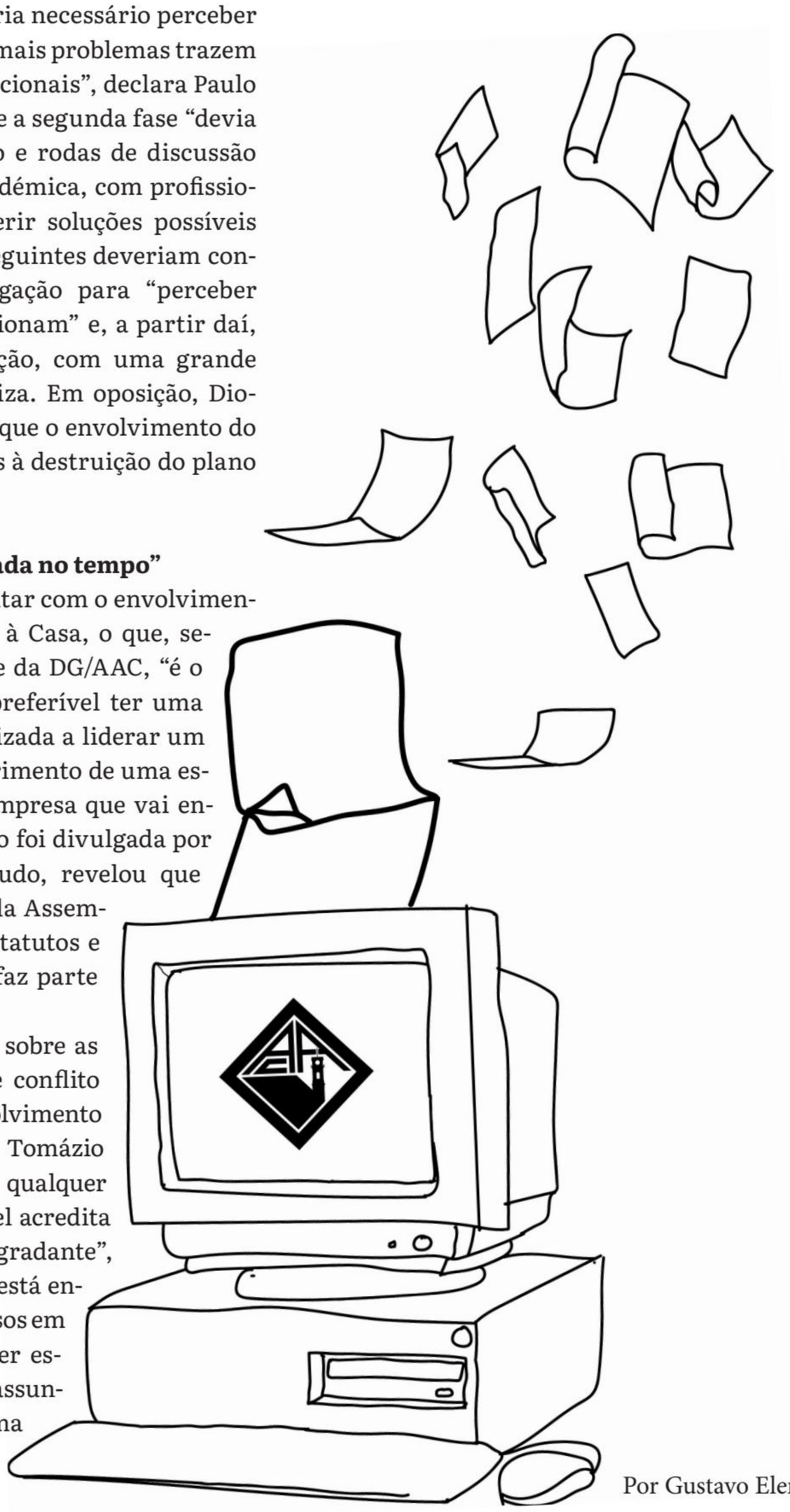
No que diz respeito ao funcionamento do plano, o CIAAC apresenta outras propostas. "Numa fase inicial, seria necessário perceber quais são as áreas que mais problemas trazem às estruturas organizacionais", declara Paulo Ramos. Acrescenta que a segunda fase "devia incluir grupos de foco e rodas de discussão sobre as falhas da Académica, com profissionais que possam sugerir soluções possíveis de aplicar". As fases seguintes deveriam concentrar-se na investigação para "perceber se essas soluções funcionam" e, a partir daí, "iniciar-se-ia a execução, com uma grande gestão de risco", finaliza. Em oposição, Diogo Tomázio considera que o envolvimento do CIAAC "levaria apenas à destruição do plano de transição digital".

"Uma associação parada no tempo"

A iniciativa pode contar com o envolvimento de órgãos externos à Casa, o que, segundo o representante da DG/AAC, "é o ideal, pois é sempre preferível ter uma estrutura profissionalizada a liderar um processo novo em detrimento de uma estrutura de lazer". A empresa que vai encabeçar a execução não foi divulgada por Diogo Tomázio. Contudo, revelou que João Bento, membro da Assembleia de Revisão de Estatutos e da Critical Software, faz parte da equipa.

Quando questionado sobre as possíveis acusações de conflito de interesses no envolvimento de João Bento, Diogo Tomázio afirmou que "não há qualquer conflito". O responsável acredita que tal acusação "é degradante", visto que "esta pessoa está envolvida em dois processos em que mais ninguém quer estar". Em relação a este assunto, Paulo Ramos, afirma que "o CIAAC sempre teve interesse na transição digital e, desde logo, quis integrar o projeto, as circunstâncias é que não o permitiram".

O seccionista considera que a transição digital é imperativa, contudo, "deve ser feita com respeito ao tempo que demora". Acredita que a automatização é necessária, pois acelera os processos que "afastam as pessoas da AAC". Diogo Tomázio partilha esta opinião, ao sublinhar que "a associação está parada no tempo no que toca à informatização". Segundo o administrador, o material tecnológico utilizado é um sintoma da "transição digital que não foi feita ao longo dos anos".



Por Gustavo Eler

Por Matilde Paz

ARE não vê prorrogação do mandato como atraso dos trabalhos

Membros da Assembleia confiam que vão cumprir calendário estipulado. Demissões, Comissão Organizadora da Queima das Fitas, Organismos Autónomos e distribuição de verbas entre temas destacados.

- POR MATILDE PAZ -

A Assembleia de Revisão de Estatutos (ARE) encontra-se no segundo ano de mandato, após ter sido aprovada a sua prorrogação até julho de 2024. Em sondagens realizadas pelo Jornal A Cabra e pela tvAAC, os estudantes mostraram um grande desconhecimento e algum descontentamento quanto ao seu desempenho. Porém, os membros acreditam que os trabalhos vão ser concluídos a tempo da realização de uma nova auscultação pública, antes da votação do documento em Assembleia Magna (AM). Além disso, defendem que o resultado vai ter um impacto positivo na Associação Académica de Coimbra (AAC).

O presidente da ARE, Daniel Tadeu, alega que a prolongação do mandato não deve ser vista como um atraso, mas como consequência da exigência e rigor com que os estatutos têm sido discutidos. "Garantir que é dada a atenção devida a todos os temas é algo demorado", explica. Os restantes membros concordam que o volume e complexidade dos trabalhos levou a uma calendarização para dois anos, pouco tempo depois do início do mandato. Tal deveu-se a terem despendido mais de um mês para a elaboração do Regimento Interno, e cerca de três para a auscultação pública.

Contudo, a única representante eleita da Lista R, Beatriz Bernardo, afirma que a gestão do tempo poderia ter sido mais eficiente. Explica que, com a aproximação do fim do mandato, não há tempo para tirar proveito dos resultados da audição pública e do trabalho das Comissões Especializadas. Aponta, também, um exagero nas propostas apresentadas por outras listas e crê que, com uma melhor organização, seria possível concluir o trabalho num ano. "Muita gente apresenta propostas só para mostrar trabalho e falta imposição de ordem por parte do presidente", critica.

Outro argumento apresentado para a demora é a coexistência de quatro listas. Contudo, os membros concordam que este é um fator muito positivo pela diversidade de ideias. "Haver várias listas, de gerações diferentes, faz com que não se assuma a realidade de um órgão, num determinado ano, como plena", elabora João Bento, membro da Lista C. No entanto, Daniel Aragão, membro da Lista A, considera que esta pluralidade também dificulta a chegada a um consenso. "Como há opiniões diversas, há mais discussão para chegar a uma resolução", esclarece.

Quanto ao desconhecimento e descontentamento dos estudantes sobre a ARE, os membros não se mostram surpreendidos. "É natural que haja este afastamento da comunidade académica, visto que não é um órgão muito apelativo", constata o presidente. Não obstante, os integrantes reconhecem o trabalho da Comissão de Comunicação e reiteram a importância da auscultação pública, com a realização de fóruns, e a criação do site e redes sociais como tentativa de aproximação aos estudantes. Daniel Aragão atribui a insatisfação da comunidade estudantil à ignorância sobre a complexidade e a duração dos trabalhos.

Todos os membros entrevistados relacionam a maioria das demissões e exonerações com mudanças na disponibilidade dos antigos membros, por motivos académicos e profissionais. "Houve duas desistências por considerarem que a ARE funcionava mal, mas, no geral, deveram-se a mudanças na vida pessoal", completa César Sousa, membro da Lista E. Apesar disso, Beatriz Bernardo explica que, posteriormente às eleições, o Regimento Interno foi alterado para beneficiar as listas com maior número de desistências. "O que me preocupa é que esta alteração se deve a interesses individuais", reitera.

Segundo os integrantes, os temas mais debatidos foram a remuneração do coordenador-geral da Comissão Organizadora da Queima das Fitas, a distribuição de verbas e os Organismos Autónomos. No entanto, Daniel Tadeu prefere não adiantar muita informação sobre os assuntos discutidos, uma vez que todas as decisões tomadas são passíveis de ser alteradas antes da aprovação final. "Não gosto de falar das deliberações porque ainda muito pode mudar e não quero induzir ninguém em erro", assevera. Contudo, as atas dos plenários podem ser consultadas no site da ARE, que é atualizado à medida que vão sendo redigidas pelos secretários e aprovadas pela assembleia.

De forma geral, os intervenientes da ARE mostram-se satisfeitos com o trabalho desenvolvido e permanecem otimistas quanto ao cumprimento de prazos e à aprovação do documento. Referem, ainda, que existe o objetivo comum de simplificar os estatutos, de forma a aproximá-los dos estudantes e a desconstruir a conceção burocrática que os acompanha. Numa revisão que se pauta "pelo reforço da opinião pública e da transparência" para com os associados da AAC, os membros da ARE fazem um balanço positivo e prometem que a prioridade é apresentar o melhor documento possível. "Espero que os estudantes valorizem o trabalho que a ARE fez", realça Beatriz Bernardo.

40 anos, um concerto: Grupo de Cordas da AAC

Grupo sobe a palco com três coletivos convidados. Espetáculo visa celebrar "corda como elemento unificador da cultura portuguesa", declara membro anfitrião.

- POR LILIANA MARTINS & BÁRBARA MONTEIRO -

O Grupo de Cordas da Secção de Fado da Associação Académica de Coimbra (SF/AAC) celebra, este ano, o seu 40º aniversário. Para comemorar, o conjunto vai realizar o espetáculo "Cordas Soltas", inserido no ciclo de música Orphika, projeto dinamizado pela Universidade de Coimbra. O concerto vai ter lugar no Teatro Académico de Gil Vicente, pelas 21h30, a 6 de dezembro.

A atuação vai reunir em palco três conjuntos musicais, além do anfitrião. São eles a Orquestra Típica e Rancho da SF/AAC, a Brigada Vítor Jara e o grupo Colmeia. Segundo Guilherme Ala, membro do Grupo de Cordas, a ideia de unir todos os músicos surgiu de forma natural: "pensámos em coletivos próximos da Casa e, felizmente, não houve dificuldades na escolha", revela. O músico destaca ainda a importância da intergeracionalidade entre os grupos participantes, valorizando a junção entre um coletivo "bem estabelecido", como a Brigada Vítor Jara, e um grupo "mais recente", como o Colmeia.

Apesar de a música tradicional portuguesa ser o denominador comum entre todos os conjuntos, os integrantes do Grupo de Cordas prometem "enriquecer o espetáculo com a vivência de cada um". Assim, elementos como a dança e a etnografia, trabalhados, nomeadamente, pela Orquestra Típica e Rancho, vão ser incluídos no concerto.

A preparação para o concerto teve início em janeiro, com alguns desafios. Apesar do trabalho "intensivo" descrito pelos elementos, para Guilherme Ala "a vontade de fazer algo diferente" e o empenho prevaleceram. O presidente da SF/AAC, Diogo Ferreira, também reconhece o esforço coletivo dos músicos para continuar a atividade desenvolvida ao longo dos últimos 40 anos.

Em conferência de imprensa, Diogo Ferreira e António Martins, elemento do coletivo anfitrião, referiram que a diminuição de adesão às atividades da secção se deve a uma "conceção errada da música tradicional portuguesa como um género que já não evolui". Por esse motivo, o objetivo é demonstrar, através do espetáculo, que ainda "há margem para a inovação" no seio do Fado e da música popular. "O Grupo de Cordas está a viver um período de renascimento", acrescenta o presidente.

António Martins acredita que este género musical "deve ser levado com uma certa leveza", apesar de abordar temas "pesados" sobre a realidade popular outrora vivida em Portugal. Nesse sentido, o objetivo do grupo é proporcionar "um concerto que celebre a corda como elemento unificador da cultura portuguesa", remata.

Louça tradicional de Coimbra vai ser vendida na AAC

Parceria com Associação Académica de Coimbra em processo de finalização. Proprietário destaca durabilidade e qualidade das peças que dão continuidade ao seu negócio de família.

- POR CATARINA DUARTE & SOLANGE FRANCISCO -

Abrantes Atelier, marca dedicada à criação de louça, foi fundada por Hugo Abrantes em 2021, a fim de dar continuidade ao ofício trabalhado pelo seu bisavô. As peças que produz são típicas de Coimbra e pintadas à mão, perpetuando "uma arte com mais de 500 anos de história, passada de geração em geração", segundo o fundador. O objetivo de Hugo Abrantes é vender as peças na papelaria do edifício-sede da Associação Académica de Coimbra (AAC) aos estudantes, ideia que "vem de um historial" que tem com a Casa.

Para o efeito, o proprietário entrou em contacto com a Direção-Geral da AAC (DG/AAC), mas "a parceria não está totalmente operacional", tendo em conta que as negociações para a venda das suas peças na papelaria ainda estão a decorrer. Porém, tanto o empresário como Tomás Domingues, membro da administração da Casa, confirmaram que o processo está "praticamente finalizado".

Como membro da Estudantina Universitária de Coimbra, Hugo Abrantes criou "os prémios de participação para várias edições do FESTUNA", Festival Internacional de Tunas de Coimbra organizado pelo grupo. Produziu, ainda, em conjunto com os artistas dos seus ateliers, "o azulejo da raposa, no qual os estudantes costumam dar o pontapé", situado na sala dos veteranos e inspirado na peça da Faculdade de Direito da UC.

Além das louças típicas, a empresa vende pequenas maquetes que reproduzem o Paço das Escolas e a Torre da Universidade, peças que também podem vir a ser vendidas no espaço da AAC. De acordo com Tomás Domingues, a opção de adicionar o símbolo da Académica a qualquer obra também está disponível. Apesar de os exemplares terem um valor que "foge um pouco ao bolso dos estudantes", o administrador da DG/AAC acredita que a adesão ao projeto vai ser forte.

No que toca à durabilidade das peças, Hugo Abrantes destaca com convicção a qualidade do artesanato produzido na Abrantes Atelier: "estas lembranças perduram por múltiplas gerações". Aponta ainda para a preservação das memórias estudantis que acompanham as obras desde o momento de compra. Por este motivo, para o administrador, presentear um recém-licenciado com uma peça produzida pela marca é uma "ótima opção".

Outra vertente desta parceria passa pela criação de "prendas institucionais, em forma de azulejo, para dar a figuras de Estado que visitem a AAC". De acordo com o administrador, esta é uma inovação em relação aos prémios que se ofereciam no passado. Contudo, Tomás Domingues realça que a ideia ainda está em suspenso e vai ser discutida pela próxima DG/AAC, liderada por Renato Daniel.

13 anos de cultura ao abrigo da Casa das Artes

Sede da Fundação Bissaya Barreto abre portas para semana de celebrações. Dirigente aponta vantagens associadas à mudança para novo espaço.

- POR FRANCISCA COSTA & MATILDE MENDES -

A Casa das Artes Bissaya Barreto celebrou o seu décimo terceiro aniversário no passado dia 17 de novembro. No âmbito da programação comemorativa foi planeada uma semana de atividades, composta por vários concertos, uma matinée e uma exposição. O espaço, que começou como um "projeto de incubadora de associações culturais", tenciona "promover as diversas dimensões artísticas" que a Casa valoriza, refere a diretora, Maria Marques.

De acordo com a dirigente, desde 2010 que o local que abrigava a Fundação Bissaya Barreto se tornou na "Casa das Artes da cidade". No início, coexistia com associações independentes que também ocupavam o local, como a "Marionet" e a "Camaleão". Entretanto, estas migraram e a Fundação fez da Casa a sua sede. Entre 2017 e 2018, a organização passou a assumir de forma gradual a programação do espaço.

Nesta semana de comemorações, Maria Marques descreveu a matinée como "uma sessão especial", pois "desafiou os colaboradores e o público a compartilhar todo o tipo de gostos musicais". A exposição "O que faz uma casa?", aberta ao público de 16 de novembro a 3 de fevereiro, desafiou os artistas a "ilustrarem o que entendem pela palavra «casa» por meio de expressões plásticas", esclarece. O espaço contou, ainda, com um concerto de Norberto Lobo, no âmbito do ciclo "As guitarras não têm Saudade", dinamizado ao longo de três sábados do mês.

Em relação às atividades regulares, a dirigente sublinha as sessões de jogos de tabuleiro "não tradicionais", com lugar às quintas-feiras. Menciona também as matinées, referindo-as como "um ponto de encontro" para a população da cidade, que "termina a semana a ouvir um pouco de música e a tomar um copo". Quanto aos festivais, Maria Marques realça "Les Siestes" como um evento anual que "tem sido um sucesso na área da música experimental".

A diretora considera que a mudança de recinto para o novo espaço da Casa das Artes, perto das Escadas Monumentais, é vista como uma possibilidade de aproximação do corpo estudantil, a fim de "criar uma maior relação entre o artista e a plateia". Constata que esta alteração vem com "outras valências", como a possibilidade de "dar alojamento e apoio técnico aos artistas", assim como "apostar mais na arte expositiva", devido às dimensões do novo local.

Por fim, Maria Marques realça a contínua evolução da Casa e, nesse sentido, menciona a programação, que "se tem tornado cada vez mais diversa". Apela ainda ao envolvimento da comunidade, relembrando que o espaço "está sempre aberto a sugestões", pelo que "o importante é que o público se sinta confortável no local".

Coimbra em Blues desafia novas abordagens ao estilo músical

Cartaz conta com "oferta diversificada dentro dos vários géneros do blues", aponta produtor. Aproximação à comunidade local e internacionalização do evento são objetivos.

- POR RAQUEL LUCAS & JÉSSICA SOARES -

Nos dias 1 e 2 de dezembro, o Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) foi, uma vez mais, palco do festival Coimbra em Blues. O evento é produzido pela empresa Trovas Soltas e, até 2017, oscilou entre interrupções e arranques. Desde então, a sua recuperação tem vindo "a dar frutos", declara Adalberto Ribeiro, produtor do projeto.

O festival volta para "apresentar uma oferta diversificada dentro dos vários géneros do blues", avança. Deste modo, integra, além de bandas portuguesas, "novas abordagens", com a performance de grupos estrangeiros e de músicos que não estão associados ao estilo musical. São os casos de Sugar Queen, cantora-compositora americana, Mário Laginha, músico de jazz, e Wax & Boogie, banda espanhola com ritmos mais próximos do swing dos anos 30.

No programa também se encontra Alexander Dolgov, guitarrista ucraniano. Segundo Adalberto Ribeiro, a inclusão do artista no evento surge como uma forma de "homenagear o povo da Ucrânia e os seus agentes culturais", a fim de alertar para o conflito no país. Desta forma, a finalidade do projeto passa pela exaltação "da esperança e do caminho para a paz", constata.

Na visão do produtor, o género que pauta o evento é "frequentemente confundido com o que é, para os portugueses, o fado", visto que ambos têm "raízes na alma do povo" e se concentram nas emoções associadas às vivências do quotidiano. Assim, o produtor exalta a importância do blues e do evento para a comunidade: "a população valoriza a música que vem do coração do povo, sem qualquer tipo de artifícios".

Em relação aos momentos memoráveis de edições anteriores, Adalberto Ribeiro salienta o tema "Whole Lotta Love", tocado por Vítor Bacalhau e pelo grupo Budda Power Blues, em conjunto com a artista Maria João, em 2021. "Foi inédita a presença de dois bateristas, dois guitarristas e dois baixistas para a apresentação da música", conta. O produtor comenta ainda o envolvimento da guitarra de Coimbra no festival, fundindo a música tradicional portuguesa com o blues. "Estes pequenos acontecimentos tornam-se grandes e fazem com que o evento esteja cada vez mais presente" na memória dos cidadãos, considera.

Quanto ao futuro do festival, além de uma maior aproximação à comunidade local, a finalidade é a sua internacionalização. Para tal, Adalberto Ribeiro apela por mais apoios e por um maior financiamento ao projeto, assim como às demais organizações culturais. Desta forma, vai ser possível promover-se "não só o festival, mas também a cidade", conclui.

Mais do que um torneio: a visibilidade do Rugby a partir do Mundial

Resultado histórico de Portugal potencia a modalidade. Treinador-adjunto da equipa da AAC realça "frustração dos atletas por ausência de incentivos"

- POR PEDRO CRUZ & AFONSO DE VASCONCELOS -

Portugal teve a sua primeira participação no Mundial de Rugby em 2007, mas falhou em conseguir vagas para as três edições seguintes . Contudo, este ano, a seleção nacional regressou à competição e alcançou um marco histórico ao conseguir a sua primeira vitória num mundial, numa partida contra a seleção de Fiji. Rui Loureiro, dirigente da Secção de Rugby da Associação Académica de Coimbra (AACRugby), explica que a atenção dada à modalidade nestas competições "é sempre importante", uma vez que o desporto tem "pouca visibilidade". Realça que ter o Rugby a ser falado é algo "positivo" e afirma que, "mesmo tendo passado alguns meses,, ainda há pessoas a comentar sobre a competição".

Referido como "um jogo animalesco praticado por cavalheiros" por Henry Blaha, jornalista norte-americano, também José Miguel, treinador-adjunto da equipa de Rugby da AAC, destaca o desporto pela "camaradagem, a interajuda e união dos jogadores". O desporto cria "laços que não se encontram noutras modalidades" e os valores transmitidos "são os mais puros e verdadeiros que existem", acrescenta. Loureiro exalta o desportivismo da modalidade como "um contributo ao desporto português, em relação ao 'fair play', e compara a prática com a do futebol, onde diz haver "situações pouco desportivas" dentro de campo.

Ricardo Gonçalves, também treinador-adjunto da AACRugby, adiciona que, com a falta de apoio financeiro, os jogadores sentem-se frustrados por treinarem sem receber um retorno, que para muitos não tem de ser necessariamente financeiro. "Esta é a realidade vivida pelos atletas, no entanto, com o mundial, as pessoas talvez percebam que somos uma escola de valores", espera José Miguel.

O que pensam os atletas

Carolina Francisco, atleta na posição de 'full-back' da AACRugby, salienta as dificuldades enfrentadas pelas equipas femininas. Explica ainda que as atletas tentam fazer com que a modalidade tenha uma maior projeção. Já Carolina Oliveira, jogadora na posição de pilar direito da equipa, comenta que o Rugby é considerado um desporto "só para homens", pelo que há uma "maior atenção" nas categorias masculinas do que nas femininas. Nesse sentido, admite haver ainda algum estigma para com a modalidade, devido às características diferentes dos jogos. No entanto defende que "menos contacto" não significa um jogo "menos dinâmico", pois "a bola acaba por circular muito mais rápido". A pilar direito destaca a falta de apoio às equipas femininas e comenta que o público que assiste aos jogos do plantel masculino é diferente. "Jogar sem plateia não é a mesma coisa do que jogar com ela, e isso interfere", conclui.

Nuno Fernandes, atleta da equipa Sénior Masculina AACRugby, apoia a visibilidade do Rugby em Portugal, que passou a ser um assunto de interesse após o mundial com a boa participação dos "Lobos". Da mesma forma, João Cunha, também atleta da Académica, prevê um crescimento na adesão e no interesse no desporto para os próximos anos. Defende, no entanto, que para se cultivar mais conhecimento sobre o Rugby, "tem de haver um trabalho feito pela própria Federação Portuguesa de Rugby e pelos clubes". Já Carolina Francisco ressalta sentir uma grande diferença desde a entrada da seleção de Portugal no mundial. "Houveram mais adeptos tanto nas modalidades femininas quanto nas masculinas", constata a atleta. "Portugal consegue fazer mais e melhor que só futebol", remata Carolina Oliveira.

Um novo começo para a Académica

A equipa masculina Sénior da AACRugby ficou em último na época passada, e José Miguel explica que apenas não desceram de divisão pois a equipa que iria subir não se interessou na promoção. Para Ricardo Gonçalves, é de se esperar uma reviravolta no processo e nos objetivos que a equipa tinha, pois, atualmente, ocupam o oitavo lugar, mas, segundo José Miguel, "estão a construir um plantel para disputar os seis primeiros lugares". Apesar da ambição, admite que este é "um objetivo quase irrealista", visto que no ano passado ficaram em último. O treinador-adjunto salienta ainda que a equipa tem sido, no último ano, "mais competitiva, com menos derrotas e jogos mais equilibrados".

Com a chegada de um treinador e jogadores estrangeiros, o clube começou um processo de adaptação com novas formas de trabalhar. Assim, com a "qualidade e massa humana" necessária, Ricardo Gonçalves acredita que há uma margem de progresso na Académica para que os resultados sejam alcançados.

Por Larissa Britto

A privatização do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova e a sobrevivência da Bienal

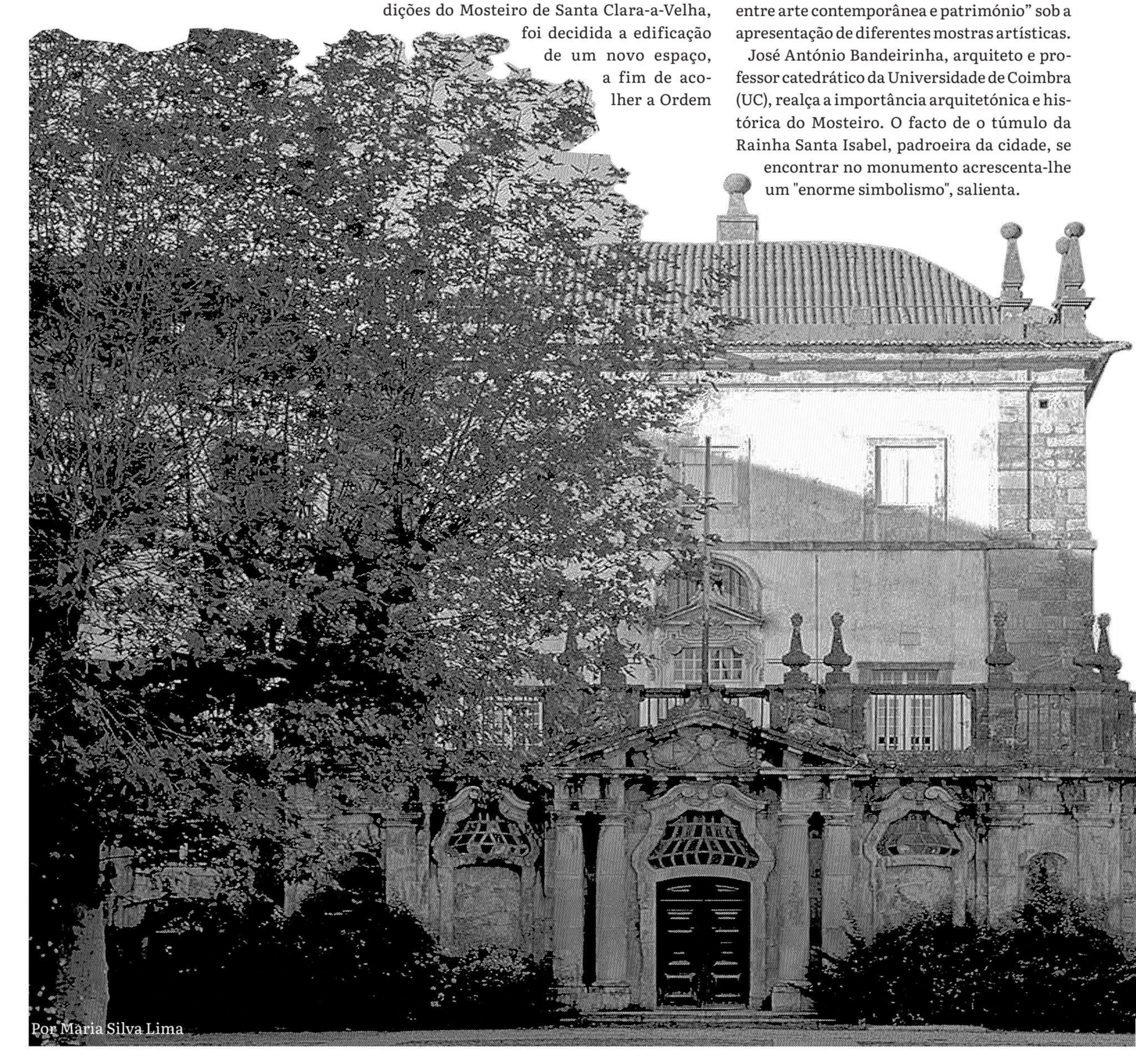
No caso de não haver condições para ser realizada, "mais vale acabar" com Anozero, confessa diretor do CAPC, Carlos Antunes. Presidente da CMC defende requalificação do Mosteiro a fim da construção de hotel de luxo pelo seu potencial económico para Coimbra. Manifesto de solidariedade para manutenção do evento no património, elaborado na América Latina, vai ser divulgado em breve.

- POR JOANA ALMEIDA & MARIA SILVIA LIMA & FRANCISCO MONTEIRO -

O concurso para a requalificação do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova foi lançado no âmbito do REVIVE, programa do Turismo de Portugal. O projeto visa a reabilitação do património do Estado que se encontra abandonado e em degradação, através do investimento privado para fins turísticos. Desta forma, tem como objetivo restaurar o edifício e torná-lo num hotel de luxo, o que pode colocar em causa a realização da Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra - Anozero, dinamizada pelo Círculo de Artes Plásticas de Coimbra (CAPC).

Devido às constantes inundações e condições do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, foi decidida a edificação de um novo espaço, a fim de acolher a Ordem das Clarissas. Assim, surgiu, no século XVII, o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, qualificado como Monumento Nacional em 1910. Mais tarde, serviu também como quartel militar para o exército português e, em 2017, tornou-se palco da Bienal. De acordo com a página oficial do evento, este surge como um "confronto entre arte contemporânea e património" sob a apresentação de diferentes mostras artísticas.

José António Bandeirinha, arquiteto e professor catedrático da Universidade de Coimbra (UC), realça a importância arquitetónica e histórica do Mosteiro. O facto de o túmulo da Rainha Santa Isabel, padroeira da cidade, se encontrar no monumento acrescenta-lhe um "enorme simbolismo", salienta.



Por Maria Silva Lima

A casa patrimonial da arte contemporânea

Inscrito no projeto governamental desde 2016, só em fevereiro deste ano abriu o concurso público para a concessão da unidade hoteleira.

"[Este procedimento] não vai prejudicar a continuidade da Anozero, um dos eventos culturais mais emblemáticos de Coimbra",

garante o presidente da Câmara Municipal de Coimbra (CMC), José Manuel Silva. No seu entender, esta iniciativa atrai muito público e tem vindo a crescer e a diferenciar-se, "trazendo uma riqueza única à vida cultural da cidade".

Segundo Carlos Antunes, arquiteto e diretor do CAPC, uma das entidades responsáveis pelo projeto cultural, o encontro entre o Mosteiro e a Bienal, desde a sua segunda edição, "transformou o edifício, as vidas dos cidadãos e a cidade". A utilização dos espaços do monumento é, de acordo com o dirigente, indispensável, não sendo possível a separação entre o evento e o património. "É absurdo pensar que os dois se podem dissociar", reforça. O também docente da UC destaca a importância da Anozero, que tem vindo a trazer visibilidade ao edifício, tendo sido concebida como "um programa de ação para a cidade". A iniciativa manifesta-se como um "movimento de resistência, encontro e inquietação", sublinha.

Promessas para a manutenção da Bienal

O projeto de requalificação engloba parte do imóvel, à exceção da igreja e do museu. Conta com uma área total de 33 mil metros quadrados e estima que o hotel tenha capacidade para 90 quartos. Em relação ao espaço previsto para a continuidade da Bienal, o caderno de encargos prevê 600 metros quadrados para o seu usufruto, ou para outro evento cultural igualmente identificado pela CMC. Além disso, o documento indica a possibilidade de o espaço ser uma localização flexível, pelo que "a área coberta, se disponibilizada para o evento, deve ser sujeita a obras durante o período mínimo de dois e máximo de três meses, de dois em dois anos".

Na última edição, a Anozero ocupou a área global do Mosteiro. Carlos Antunes mencionou que Manuel Machado, o anterior autarca, tinha rejeitado as respostas do programa REVIVE que restringiam o espaço disponível para a iniciativa. O edifício, situado no topo da colina da margem ocidental do Rio Mondego, contrapõe-se à localização da universidade. Para o arquiteto, este posicionamento confere ao Mosteiro um importante ponto de referência no cenário urbano. Considera que, com a Bienal, "o rio deixa de ser um limite e passa a ser um centro da cidade", pois passa a valorizar-se a colina onde se encontra a arte contemporânea, e não só a outra margem, onde está o saber universitário.

Um hotel de luxo como potencializador do turismo urbano

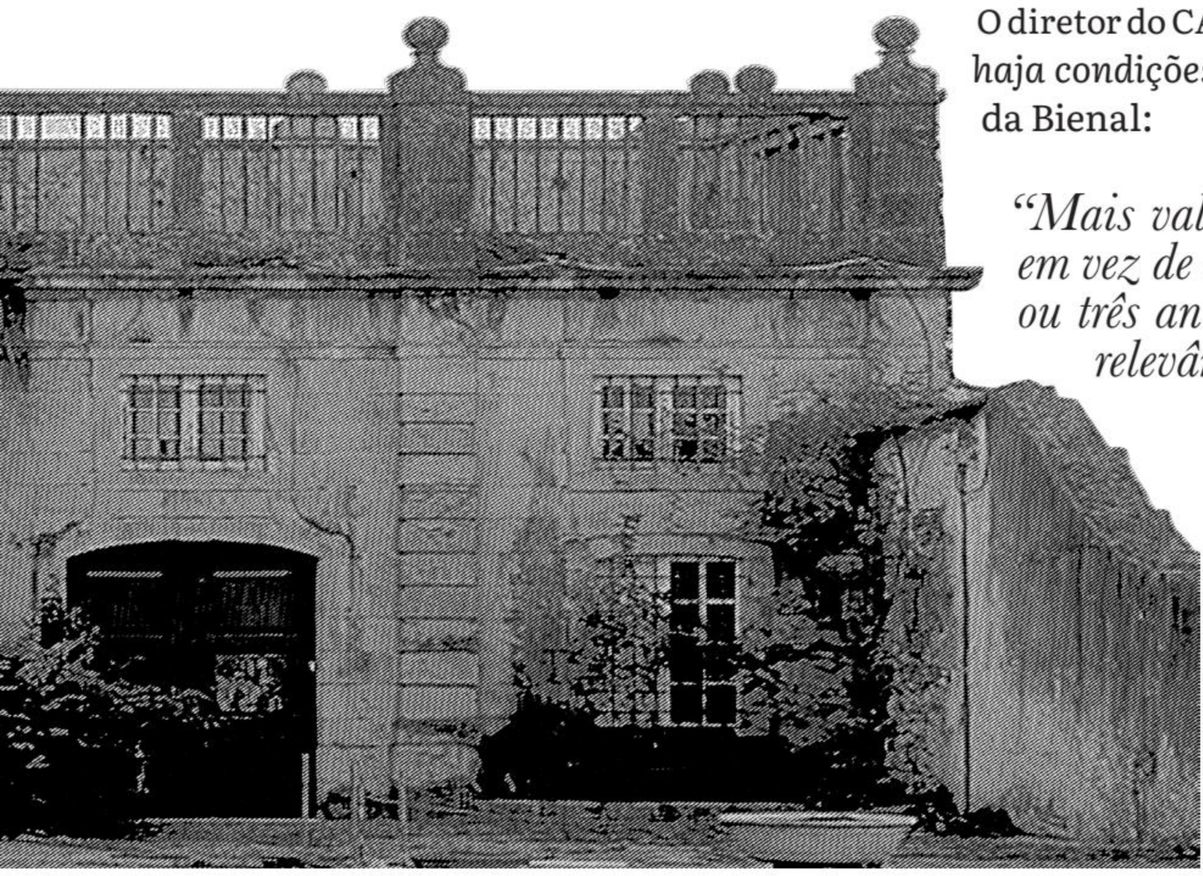
Segundo o presidente da CMC, dado o mau estado do património, é fundamental a existência de um "fortíssimo investimento" na sua requalificação, "não sendo aceitável a sua contínua degradação". Face à insuficiência de quartos de hotel no concelho, José Manuel Silva avança que as empresas turísticas reagiram com entusiasmo à possibilidade de haver mais uma unidade de luxo. "Atrair e fixar um turismo de maior qualidade e poder de compra em Coimbra é importante para a economia da cidade", defende.

O autarca não apresenta dúvidas quanto às vantagens associadas à realização da Bienal no Mosteiro, mesmo após a sua requalificação. "Um hotel ser reconhecido como um espaço onde se desenvolve um evento cultural único vai ser bom para a Anozero e para a futura unidade hoteleira", considera. José Manuel Silva acrescenta que, "para crescer, a iniciativa precisa de mais investimento e, como tal, um hotel de cinco estrelas pode ser um mecenas da organização". Já para Carlos Antunes, esta transformação traz consigo uma potencial exclusão da comunidade e, por consequência, do projeto cultural. Nesse sentido, relembra as funções passadas do monumento e conclui que este "sempre esteve condenado a ser um espaço fechado", pelo que encara como imprescindível a sua manutenção enquanto local aberto ao público.

O que vai, então, acontecer à Anozero?

O diretor do CAPC considera que, *caso não haja condições dignas* para a realização da Bienal:

"Mais vale acabar com o projeto, em vez de o arrastar por mais dois ou três anos, perdendo toda a sua relevância cultural"



Para José António Bandeirinha, a Anozero tem o "poder de revitalizar" o Mosteiro. No seu entender, a transição entre o apogeu e a degradação do monumento não define apenas a essência do projeto, mas também a identidade do espaço. O professor acredita que o evento "projeta a atividade cultural da cidade além-fronteiras e transcende os limites não só municipais, como nacionais".

"Coimbra não pode mais ter este vai-e-vem de coisas que ganham notoriedade e, passado duas ou três iniciativas, desaparecem",

indica José António Bandeirinha. Para o também presidente do Conselho Municipal de Cultura de Coimbra, a realização do evento é compatível com a existência do hotel. Contudo, ressalva que o concurso deve ter um candidato que assuma "a responsabilidade cultural do investimento hoteleiro, pois só tem a ganhar se integrar a Bienal".

Assinatura de um manifesto pela permanência da mostra no Mosteiro e últimas esperanças

Carlos Antunes destaca a influência do projeto que, além do potencial artístico e cultural, apresenta um bom desempenho a nível turístico e económico. A importância do evento para Coimbra estende-se a uma relevância internacional, ao ponto de haver a manifestação de interesse para colaborar por parte de outras bienais, como é exemplo a Bienal de Lyon. Existe, ainda, um movimento de apoio ao projeto cultural, iniciado no México e expandido para a Argentina e o Brasil. Assim, foi elaborado um manifesto para expressar solidariedade para com a causa. O texto vai ser divulgado em breve, revela o diretor.

De momento, José Manuel Silva assegura que não existe um projeto escolhido para a construção efetiva da unidade hoteleira, uma vez que o concurso do programa REVIVE ainda não terminou. É desconhecido, por esse motivo, se os candidatos preenchem os requisitos. Contudo, o projeto vencedor vai ter de ser apresentado e aprovado pelas entidades camarárias responsáveis, como garante o autarca.

Embora as normas do programa possam vir a reduzir o tamanho e o tempo de exposição da Bienal, o diretor do CAPC mostra-se esperançoso perante a situação. "Acredito absolutamente que se vai arranjar uma solução e, por isso, continuo a lutar", assegura. Sobre a edição de 2024, e numa altura em que faltam quatro meses para a inauguração, Carlos Antunes garante que as programações continuam, embora não exista uma garantia de que se vá dispor do Mosteiro para a sua realização.

Neurodivergência: do diagnóstico à mudança social

Investigadores relembram importância de inclusão de pessoas que sofrem com perturbações do neurodesenvolvimento. Psiquiatra considera médicos mais atentos a estes aos diagnósticos.

- POR DÉBORA BORGES & GUILHERME BORGES -

"A neurodivergência é um conceito relativamente recente", explica Ana Araújo, interna de psiquiatria no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC). A médica refere-se ao modo como o processamento cognitivo, emocional e sensorial pode divergir, ou seja, "ser diferente do definido no espetro típico". Contudo, esse conceito não é considerado uma doença, mas um termo "guarda-chuva" que abrange condições distintas, explica.

De acordo com João Peça, docente do Departamento de Ciências da Vida da UC (DCV/UC) e investigador do Centro de Neurociências e Biologia Celular da UC (CNC UC), as perturbações do neurodesenvolvimento podem ter origem em "insultos ambientais". Dá como exemplo um possível trauma durante a formação do feto que "prejudica o desenvolvimento do cérebro", o que, mais tarde, pode resultar num diagnóstico de foro neurológico. Por outro lado, pode haver uma mutação genética, que resulta numa perturbação do neurodesenvolvimento. Uma alteração do gene SHANK3 pode englobar, por exemplo, o autismo.

Ana Araújo explica que as pessoas que se encontram nesse espectro podem ser afetadas por uma elevada sensibilidade a certos padrões sensoriais e, para se protegerem, chegam a evitar sítios com muito barulho ou com multidões. A necessidade de "ambientes previsíveis" e a procura por padrões nas suas rotinas reflete-se na "rigidez da maneira como pensam", esclarece a psiquiatra.

Declara que pessoas portadoras dessa condição têm um desempenho cognitivo "normal ou até melhorado", uma vez que se focam em aspetos mais restritos de determinadas áreas. Salienta ainda que, como apresentam performance mais elevada nos temas de interesse, acabam por "ser melhores" em certos aspetos, mas possuem os mesmos problemas como comportamentos repetitivos e défices nas interações sociais.

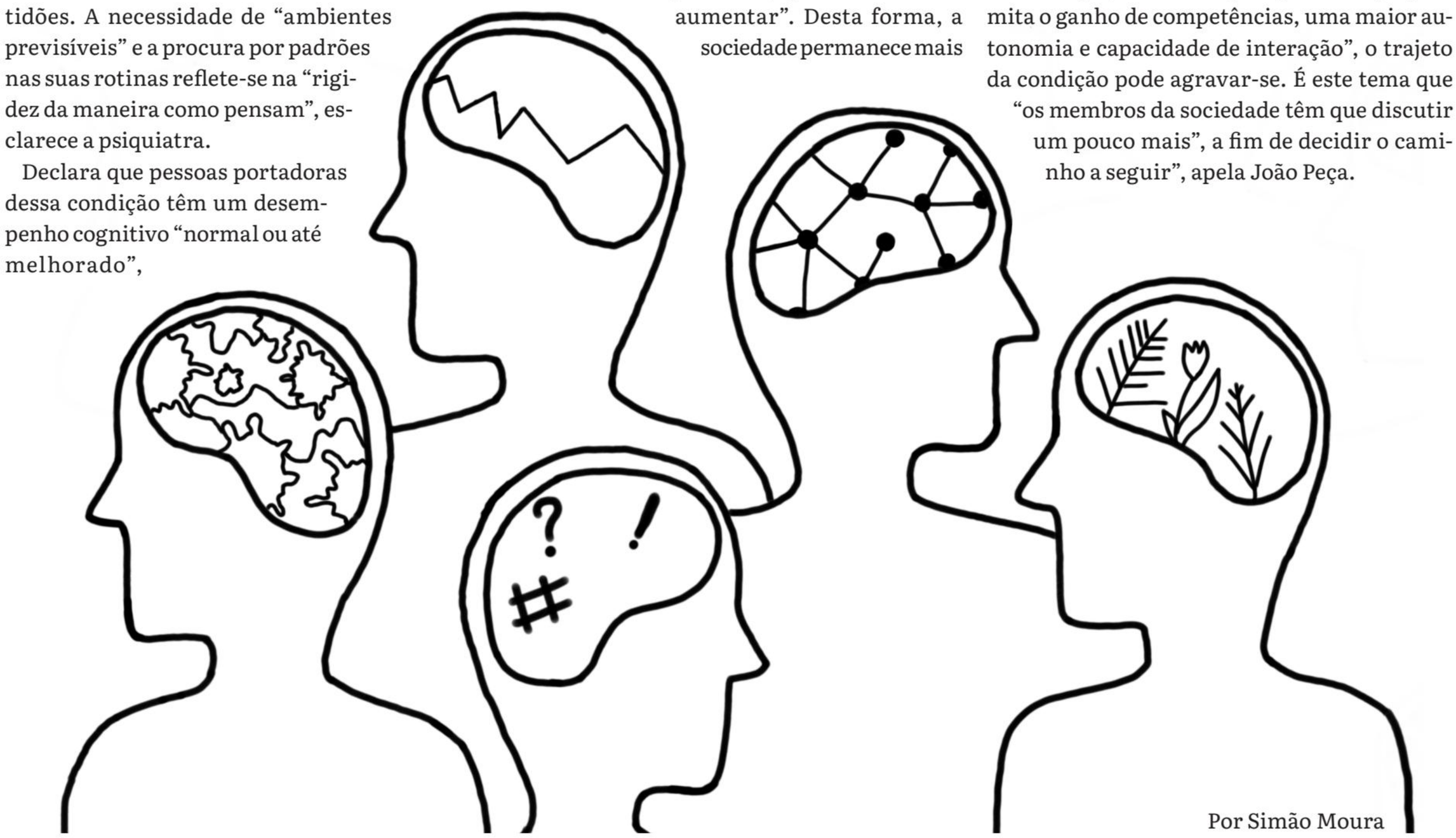
Outra condição do neurodesenvolvimento é a Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção (PHDA)Ana Araújo explica que consiste numa tendência na qual uma pessoa atinge estados de hiperfoco, em situações que considera altamente motivadoras, elucida a psiquiatra. Por outro lado, em circunstâncias menos estimulantes, há uma "predisposição para divergir e perder a atenção", acrescenta. Ainda assim, "não há qualquer impedimento no que toca à integração do indivíduo com PHDA na sociedade", uma vez que "não necessita de acompanhamento médico ou medicação, a não ser que possua um caso mais severo", explica João Peça.

Em relação ao efeito das redes sociais em pessoas neurodivergentes, a disseminação de informação ajuda pessoas que chegaram à vida adulta sem o seu diagnóstico, segundo Ana Araújo. Esta divulgação leva aos indivíduos a "procurar ajuda clínica" e faz os próprios médicos estar mais atentos aos diagnósticos, que "têm vindo a aumentar". Desta forma, a sociedade permanece mais informada, "reduzindo os estigmas", finaliza.

Em contrapartida, o humor e a difusão de informação tendem a levar à "excessiva normalização do sofrimento" das pessoas que possuem este tipo de perturbações, realça a psiquiatra. Admite ainda que o tempo excessivo à frente de ecrãs "está associado a piores níveis de saúde mental" e "limita as pessoas no espetro do autismo". Estas possuem diferentes padrões de socialização e, sendo uma das dificuldades que enfrentam, prejudica a sua integração na sociedade.

As pessoas neurodivergentes passam por várias dificuldades que afetam as suas rotinas e acolhimento na sociedade. Por isso, João Peça salienta que é preciso criar um ambiente em que estes indivíduos se sintam "confortáveis para procurar ajuda". Alerta ainda para a importância de perceber estas questões e "não tentar escondê-las nem confundi-las com a normalidade".

Além disso, a redução do estigma "não se prende apenas com uma questão de simpatia, é importante criar um ambiente onde se sintam confortáveis", conclui o investigador. Destaca a importância de usufruir das ferramentas disponibilizadas ao serviço das famílias, não apenas através de fármacos, mas também da intervenção, questões educacionais e terapia. Conclui que, sem um "apoio positivo que permita o ganho de competências, uma maior autonomia e capacidade de interação", o trajeto da condição pode agravar-se. É este tema que "os membros da sociedade têm que discutir um pouco mais", a fim de decidir o caminho a seguir", apela João Peça.



Por Simão Moura

Por Rafael Saraiva

Fim ao fóssil "não é negociável"

Ativistas e investigador apoiam "plano mais direto e disruptivo". Doutorado em Ciências Políticas relaciona crise climática com sistemas económicos e políticos.

- POR ANA RAQUEL CARDOSO & MARTA TAVARES -

A organização internacional "Fim ao Fóssil, Ocupa!" move-se pelo fim do combustível fóssil e conta com inúmeras manifestações. Estas ações não ocorrem apenas em Coimbra, mas também noutros pontos do país, onde se ouve o mote "Não há paz até ao último inverno de gás". Maria Lourenço, ativista e estudante da Universidade de Coimbra (UC), afirma que os principais objetivos do grupo, que surgiram com base "no que a ciência dita", são a eletricidade 100% renovável e acessível a todas as pessoas até 2025 e o fim do uso de combustíveis fósseis até 2030. "Nós precisamos mesmo da utilização destes recursos, isto não é negociável", sublinha a jovem.

O Jornal A CABRA ouviu os conimbricenses com o intuito de compreender a sua opinião quanto a este tema. Os entrevistados demonstraram uma preocupação generalizada com as alterações climáticas e o seu efeito no planeta, assim como receio pelo futuro das próximas gerações. Segundo Jonas Van Vossole, investigador doutorado em Ciência Política, os problemas psicológicos que advêm da preocupação com o cenário atual são cada vez mais falados. As pessoas "estão com medo de que o mundo acabe e têm consciência da necessidade de mudança, no entanto, não sabem como a colocar em prática". Isto reflete-se numa "depressão ligada à ideia de o planeta ir para o abismo", ilustra o investigador.

Para Inês Morais, também estudante da UC e membro do "Fim ao Fóssil, Ocupa!", o propósito deste tipo de ativismo disruptivo pauta-se por assegurar que fazem o que está ao seu alcance para "exigir o futuro sustentável que merecem". O número de ações onde se expõe e debate a problemática tem vindo a aumentar, principalmente nas camadas mais jovens. Segundo Jonas Van Vossole, "os mais novos têm um papel importante" na construção de uma consciência na sociedade, até porque os mais velhos "já têm a sua vida estruturada e, nesse sentido, são um pouco mais conservadores nas coisas que fazem". Dentro do panorama universitário, relembra o papel que os estudantes da UC tiveram em lutas sociais no passado. Apesar de o movimento estudantil ser flutuante e ter períodos mais parados, o "importante é tentar construir" momentos de maior adesão. O investigador considera que o cenário provocado pelo aquecimento global pode "criar a base da mudança, inclusive no movimento estudantil".

Jonas Van Vossole alerta para "não esperarem que as universidades ou as câmaras municipais sejam agentes de consciencialização". Considera também que "a mudança individual não altera praticamente nada", encaixa-se num comportamento de "ter a consciência limpa". Em vez disso, o investigador acredita que são as ações disruptivas por parte dos cidadãos a base da alteração democrática. Este movimento coletivo de desobediência civil "é essencial, uma vez que os agentes políticos têm medo de fazer alterações necessárias porque isso afetaria o seu interesse eleitoral". Vê ainda os sindicatos (que se integram na sua área de pesquisa) não só como aliados, mas como a "vanguarda nas alterações precisas", uma vez que os direitos sociais não podem ser distinguidos dos ambientais. Além disso, explica que são "essenciais em ideias de mudanças justas: "não são os mais fracos que têm de pagar o preço resultante destas mudanças necessárias".

Maria Lourenço partilha a opinião de que este tipo de ações, que desencadeiam um efeito de rutura, são necessárias. O movimento de ativismo climático "surgiu de uma necessidade de um plano mais direto e disruptivo", explica. A ativista salienta ainda que "todos os protestos e ações recentes pretendem causar essa desestabilização no sistema". Para isso, considera necessário "acreditar que podem ter resultados visíveis", o que se traduz numa mudança sistemática. Por outro lado, atribui o dever de reforma ao Governo, acreditando que empresas não devem ser exclusivamente responsáveis pela mudança necessária para uma transição energética justa.

Quanto aos mais recentes protestos realizados por estudantes, Jonas Van Vossole considera que a reação de várias universidades é "ainda mais problemática" do que a das entidades governamentais, que "tentam pacificar o impacto e, depois, desconversam". Acrescenta que "é uma vergonha e um atentado aos direitos democráticos os reitores pedirem a intervenção direta da polícia dentro das faculdades".

Para as ativistas, Portugal continua sem "saber reconhecer a energia como um bem económico essencial", dificultando a "caminhada para uma transição energética justa". Segundo Inês Morais, o impacto do sistema fóssil é evidente, porque são observados "lucros recorde das empresas de energia fósseis enquanto o planeta passa por uma crise energética". Jonas Van Vossole lembra que o problema das alterações climáticas está interligado com questões sociais como os "sistemas económicos e políticos". A transição energética "necessita de ser democratizada", uma vez que "as alterações vão criar problemas de desemprego". O investigador reforça que a participação pública é "absolutamente necessária", pois acredita que "se o mercado for controlado pelas empresas, emergem problemas de corrupção".

Por Rafael Saraiva

Um lembrete do valor do solo na vida humana

Filipa Reis alerta para efeito das alterações climáticas no solo. Investigadores em Coimbra promovem iniciativas para demonstrar a relevância deste recurso.

- POR BRUNA FONTAINE & ANDRIELLY SANTOS -

O Dia Mundial do Solo, celebrado a 5 de dezembro, conta com a décima comemoração desde a sua designação pela Assembleia da Organização das Nações Unidas em 2013. Foi na mesma data que a organização declarou 2015 como o Ano Internacional do Solo. Este dia marca a vontade de "despertar as pessoas para um melhor entendimento e valorização do solo", explica Luís Cunha, investigador do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra (UC).

Os especialistas na área apontam diversas preocupações, relacionadas tanto com a saúde deste ecossistema, como com a consciencialização da população sobre o assunto. Filipa Reis, investigadora na área de ecologia e ecotoxicologia na UC, revela que "é difícil para as pessoas olhar para o solo como mais do que sujidade". Por este motivo, Luís Cunha destaca a pertinência desta data para "elevar uma consciência geral ou a literacia do solo". O investigador vai mais além e realça a importância de um solo saudável: este "funciona a nível biológico, químico e físico e tem a capacidade de providenciar serviços do ecossistema".

Além de "muitas das infraestruturas serem construídas no solo", este é a base do sistema de produção agrícola e pecuária, um reservatório de água e acolhe "pelo menos um quarto da biodiversidade do planeta", como explica Filipa Reis. Este recurso "não tem apenas uma componente mineral, mas possui também água, ar, seres vivos e matéria orgânica, cruciais para a vida humana", sublinha a investigadora. Este ecossistema tem "a capacidade de absorver carbono e, por isso, sequestra dióxido de carbono, impedindo-o de ir para a atmosfera", acrescenta o ecologista.

Com as alterações climáticas os solos podem sair prejudicados, explica Filipa Reis, que estas alterações se evidenciam, por exemplo, na "mudança no regime de chuvas". Junto com as secas, que a investigadora afirma ser um problema sério na Península Ibérica, os solos ficam prejudicados. Desta forma, as condições meteorológicas podem causar danos ao solo, comprometendo as atividades dependentes do mesmo, assim como as redes biológicas .

O investigador adiciona que a diversidade biológica que caracteriza este ecossistema permite o seu funcionamento saudável, que, por sua vez, nos proporciona uma boa alimentação. Assim, frisa a necessidade de "preservar esta biodiversidade", sendo que "qualquer impacto, como práticas mal geridas na agricultura ou na floresta, pode levar à erosão, à perda de nutrientes e a uma menor capacidade de funcionamento". Sobre o caso português, Filipa Reis reafirma a problemática das secas, que se mostram um entrave à agricultura nacional.

A dependência humana do solo verifica-se na "conexão microbiológica que o leva até à boca do homem" e ainda na economia, afirma o investigador. Já Filipa Reis pontua que "é dos agricultores o papel fundamental, por terem acesso a pedaços de terra para trabalhar". São responsáveis por "tentar alimentar a população, mas também por tentar manter os solos saudáveis", acrescenta. O aumento da matéria orgânica nos solos para a proteção da erosão da chuva e do vento é um dos exemplos de cuidados a ter para garantir a sua saúde. Filipa Reis revela que, enquanto cientista, comunica com os 'stakeholders' e os agricultores, para a promoção destas dinâmicas.

Luís Cunha salienta a necessidade do investimento em mais projetos de investigação na área, "para perceber melhor a biologia e a ecologia dos organismos que vivem no solo". Apela também pela aposta em iniciativas a nível institucional e pedagógico, pois é essencial "tentar aproximar a comunidade do caráter essencial da biodiversidade"

A celebração desta data, quer por investigadores, organizações ou pela população, vem alertar para como "a sobrevivência humana no planeta Terra está muito ligada a solos saudáveis", desvenda a investigadora. "A conexão entre o solo e o ser humano, vai além dos produtos alimentares", acrescenta o ecologista, ilustrando como a preservação do solo está fundida com o bem-estar humano. Incentivar melhores práticas agrícolas como a redução dos químicos usados e a proteção dos solos por parte do indivíduo são as ferramentas que o investigador apresenta.

As comemorações do dia na UC englobam projetos de consciencialização que se expandem ao longo do ano. "Procuramos fazer todos os anos uma mostra da diversidade de organismos do solo e, depois, a partir de pequenas experiências, demonstrar a relevância deste recurso", esclarece a investigadora. "Vamos ter uma demonstração aberta à comunidade para responder a perguntas e saciar um pouco da curiosidade de todos", finaliza Luís Cunha.

Por Bruna Fontaine

Por Camila Luís

A experiência aliada ao saber: Carlos Tomás mantém viva a arte "ratinho"

Expandir valor da cerâmica "troca-trapos" é objetivo do artesão. Pintura e representação do legado beirão distinguem-se da louça tradicional.

- POR CAMILA LUÍS & INÊS REIS -

Carlos Tomás é o último pintor-cerâmico a produzir louça "ratinho" em Portugal, uma arte relacionada com as deslocações feitas pelos camponeses, todos os verões, para trabalhar nas terras alentejanas. Nos seus 59 anos de carreira no mundo da cerâmica, passou por diversas fábricas, nas quais foi responsável, até se estabelecer por conta própria em lojas de artesanato. Durante o seu percurso, conquistou vários prémios e menções honrosas das quais se orgulha e que o motivam a continuar, todos os dias, a confecionar novas peças.

A designação "ratinho" diz respeito ao nome pelo qual ficaram conhecidas as famílias mais pobres das Beiras, que levavam as próprias louças para as terras onde iam trabalhar. Como forma de enfrentar os invernos rigorosos, os trabalhadores trocavam as suas peças por agasalhos com os "senhores do campo", o que deu origem ao título "troca-trapos", explica Carlos Tomás. Apesar de já terem passado dois séculos, o artesão insiste em manter este saber vivo, o que se reflete pelo facto de continuar a produzir o que considera ser "a arte de Coimbra, pura e dura".

Esta prática artesanal é feita de raiz pelo artífice, que acompanha as diferentes etapas de transformação de barro em prato, taça, alguidar ou tigela. Peixes, figuras do campo, músicos e vendedores são as principais temáticas das obras. O artista esclarece ainda que as características de realce das "troca-trapos" são a pintura, a decoração, a necessidade de vidrar e o maior tempo de execução. "Dependendo dos desenhos, demora entre quatro a e seis dias a pintar uma peça deste tipo", descreve. As peças distinguem-se, não só pela assinatura do artesão, como também por terem ambos os lados pintados.

Carlos Tomás começou a interessar-se por este ofício com 11 anos, quando o experimentou pela primeira vez, após observar os amigos a trabalhar nas fábricas de cerâmica. "Gostaram daquilo que eu fazia e fiquei até hoje nesta área", recorda. Para o ex-membro do 'World Crafts Council', uma organização sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento económico através do artesanato, o aspeto primordial de um bom pintor-cerâmico é o conhecimento: "tem de se estudar muito, não é só pintar". Acrescenta que "é preciso ver, experimentar e «laboratoriar» para alcançar a perfeição". Apesar da experiência que possui, o artista refere que aparece "sempre uma coisa nova que vale a pena aprender" e salienta a quantidade de "livros de cerâmica, azulejaria e faianças" que guarda na loja.

Por Inês Reis

Natural de Coimbra, o cerâmico estabeleceu-se de forma independente há 40 anos, e abriu a sua loja sediada no largo da Sé Velha, em 2006. Este local não se destina só à venda de artigos, também é possível observar de perto o processo de pintura das peças. Possui ainda um atelier, em São Martinho do Bispo, onde se encontram todos os equipamentos essenciais para a produção da louça. O artesão clarifica que, com o passar dos anos, deixou de fazer entregas a clientes, dedicando-se apenas à venda em loja. Ressalta que os visitantes atuais são, sobretudo, turistas que se dirigem com o propósito de apreciar as suas obras.

Quanto à parte técnica, Carlos Tomás sublinha o papel essencial do calor produzido pelo forno na transformação das cores que compõem a pintura. Aponta que, no início da sua carreira, fabricava as próprias tintas, através do aproveitamento de metais presentes nos fios elétricos. Ao queimar estes componentesWW, obtinha um pó que, "quando triturado e colocado em vidro, criava várias cores". Hoje em dia, ao invés de confecionar as tintas, opta por adquiri-las e misturá-las para obter as tonalidades desejadas. Além destes materiais, recorre também a vidro liquefeito (material de consistência viscosa), para assegurar que o trabalho final apresenta um acabamento brilhante.

Carlos Tomás tem também a função de fornecer artefactos de cerâmica na região de Coimbra, ao vender "placas toponímicas a muitas Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e até à própria Universidade". O único produtor de louça "ratinho" do país finaliza que esta é "uma das cerâmicas mais bonitas do mundo, mas ainda não tem a procura que devia". Apesar de nunca parar de aprimorar os seus conhecimentos através do estudo diário, sublinha: "o que tira as teimas são as minhas experiências, só assim consigo chegar onde quero".

Barbeiro de rua melhora o dia-a-dia dos sem-abrigo

União de paixões por arte de cortar cabelo e por voluntariado leva cidadão a colaborar com Associação Integrar. Rui Mendes acredita que preconceito nasce de "sentimento de autopreservação e autodefesa".

- POR RAQUEL CHAVES -

Face às adversidades enfrentadas pelas pessoas em situação de sem-abrigo, abordadas na última edição do Jornal Universitário de Coimbra - A CABRA, procurou-se ouvir uma das vozes que apoia estes cidadãos. Para trazer um pouco mais de conforto e alento a estes indivíduos, há quem dedique parte do seu tempo ao voluntariado. Um deles é Rui Mendes, barbeiro de profissão que, há cerca de um ano, corta o cabelo a quem necessita, no âmbito do projeto Mais Cuidados Mais Integrados, uma iniciativa da Associação Integrar.

Rui Mendes decidiu aliar a sua paixão pela barbearia, que surgiu do "vício em aparar o cabelo", ao gosto que sempre teve em ajudar os outros. O barbeiro refere que sempre participou em ações de caridade com os seus amigos e que, incentivado pelo presidente da referida associação, começou a levar a arte da barbearia para as ruas. Salienta ainda a sua ligação com a Integrar, que diz conhecer bem desde jovem e com a qual se identifica.

O voluntário considera que o seu trabalho com os sem-abrigo é "gratificante", o que o deixa "de coração cheio". Admite que o mais importante nas suas funções não é mudar a imagem destas pessoas, mas dar-lhes a oportunidade de "conversar e partilhar as suas experiências". No que toca a uma possível solução para a problemática dos desabrigados, Rui Mendes acredita que "vai sempre haver pessoas nas ruas, devido às contrariedades da vida". Por outro lado, defende que cada um pode "melhorar a vida dos cidadãos que vivem na rua e tentar facilitá-la".

Acerca do preconceito que os sem-abrigo sofrem, o barbeiro reflete que este pode ser motivado por um "sentimento de autopreservação e autodefesa". Pode partir da crença e receio de que os afetados "estão mais propícios a apanhar certas doenças, como resultado da vida na rua", admite. Apesar de compreender essa visão, para Rui Mendes, "é igual abraçar um cidadão desabrigado ou outra pessoa que não esteja nessa situação".

O voluntário assegura que tem inúmeras histórias que o marcaram e "lhe tocaram o coração", mas que a principal é relacionada aos vícios, tantas vezes associados a pessoas mais vulneráveis. Partilha a história de um senhor que tinha uma dependência em tabaco e que, "num corte de apenas cinco minutos, ou menos, não conseguia estar sem fumar". Termina ao enfatizar que o mais importante é saber que "todos podemos ajudar e dar o nosso contributo".

Universidade do Tempo Livre da ANAI alertada com ordem de despejo

Luta para encontrar novo espaço e angariar fundos continua. Situação causa insegurança nos cidadãos séniores.

- POR MAFALDA ADÃO -

Desde a sua fundação, há 30 anos, a Associação Nacional de Apoio ao Idoso (ANAI) nunca conseguiu fixar-se num local, revela a presidente da direção, Sónia Vinagre. Passou por inúmeros espaços, como o Palacete da Cerca de São Bento, e está agora situada num edifício na rua Pedro Monteiro, nº 68, arrendado pelo município de Coimbra. Contudo, a entidade proprietária denunciou o contrato e a instituição não possui uma instalação alternativa. Por este motivo, a dirigente descreve que se encontram numa "situação de extrema fragilidade". À data da entrevista ao Jornal Universitário de Coimbra – A CABRA, a presidente explica que estão a tentar usufruir do local até às férias do Carnaval. A associação já visitou "mais de 30 imóveis por toda a cidade", no entanto, admite que os preços altos dificultam a tarefa de encontrar um novo local.

O objetivo da ANAI passa agora por adquirir um espaço que se torne património da associação. Para isso, necessitam de fundos que pensam adquirir através de um empréstimo bancário e de donativos feitos pelo mecenato social. O desenvolvimento de atividades não gera receitas, mas "permite visibilidade, ao dar a conhecer a instituição de forma a alcançar um maior número de pessoas", explica Sónia Vinagre. Alguns exemplos são o "Especial 30 anos da ANAI", que teve a sua abertura dia 11 de outubro e vai realizar 30 eventos até julho de 2024. Além disso, a associação alberga o Banco de Ajudas Técnicas e o Serviço de Apoio Domiciliar, que providenciam aos cidadãos seniores ajudas sociais e médicas.

Sónia Vinagre refere que a prioridade é procurar "um espaço em que as acessibilidades sejam boas e onde haja meios de transporte", para que todos consigam deslocar-se de forma confortável. A presidente destaca ainda a intenção de encontrar um edifício que possa sofrer alterações de licença habitacional para serviços alternativos.

A promoção de "um envelhecimento ativo", a fomentação de conhecimento e a transmissão de saberes são as principais metas da Universidade do Tempo Livre (UTL). Sónia Vinagre sublinha que, após a idade da reforma, muitas pessoas mantêm um interesse pela aprendizagem. Em resposta a esta necessidade, a instituição oferece um leque diversificado com cerca de 30 disciplinas, entre as quais: hidroginástica, línguas, informática, pintura e as "conversas filosofantes".

A UTL foi classificada como uma universidade de excelência pela Associação Rede de Universidades da Terceira Idade. Assim, a ANAI "deu provas de que é uma instituição de referência na cidade de Coimbra nas suas diversas valências e respostas sociais", declara a presidente. Conclui que os alunos não querem o encerramento da UTL, mas que estas notícias provocam "uma insegurança nas pessoas", que já estavam acostumadas com o recinto e a rotina.

CARTAS À DIRETORA

sexta-feira, 1 de dezembro de 2023.

Xora diretora,

Perante a proposta "Opcionalidade calças/saia nos dois trajes académicos", em 2021, o Conselho de Veteranos (CV) decidiu com 26 votos a favor, 27 contra e 5 abstenções. Era frequente surgir a questão sobre o uso de calças com a capa e batina (CB) feminina e como tornar isto mais fácil para alguém não binário. Os veteranos queriam, inicialmente, votar pela inclusão na CB feminina, pois, uma discussão aprofundada poderia encontrar resistência de um público mais conservador, havendo o risco de nada ser aprovado. O Código da Praxe (CP) de 2017 estipula que a Comissão Permanente (equipa permanente do CV) só compila as propostas recebidas num texto final para ir a CV. Mas a Comissão Permanente recusou, mantendo a proposta acima, alegando que só esta as podia propor, cabendo aos veteranos discutir e votar o apresentado. Seguiu-se a discussão: "Elas querem usar calças porquê? Um homem quando olha para um rabo gosta é de um rabo de saias." Ouviu-se: "A capa e batina (CB) não é suposto ser confortável! Se for assim, os homens deviam poder usar calções!" O caos! "Isto é uma imposição de uma minoria à maioria!" O horror! "A tradição sempre foi assim!"

Será que foi? Até fins do século 19, o traje tinha inspiração clerical: batina abotoada até ao pescoço, calções, sem colete e gravata. Com o aumento das ideias republicanas e anticlericais, os estudantes optaram por seguir a moda das três peças da burguesia masculina: casaco, colete e calça comprida, desejando vestir-se como homens liberais. O colete não se usava em dias de calor para conforto. E as mulheres? A 1ª entrou na UC em 1891, mas estas, afastadas da vida académica, só usaram pela 1ª vez a CB em 1948 com batina/saia e, depois, em 1954 com casaco/saia. Nesse ano, saiu um decretus a impor a obrigatoriedade desse fato com as insígnias, incluindo collants pretas que não se vestiam tipicamente. As alunas não votaram nem discutiram o seu próprio traje - não tinham voto no CV. Várias transgrediram a regra das collants. Nos anos 90, ao reavivar o CP de 57 que nunca tinha sido seguido, o colete passa a ser totalmente obrigatório e a questão saia/calças ressurge, enfrentando um tempo de mimetismo, ultraconservadorismo e dogmatismo. Em 2022, o novo CP (discutido e aprovado em cima do joelho) retira o género, dando um passo em frente, mas mantendo a antiquada divisão calças/saia.

Em 2021, ganhou o "Sempre foi assim!" que, afinal, nunca foi. A CB merece uma discussão aprofundada. Mas fica a reflexão: quantos entraves colocamos na evolução das tradições porque "sempre foi assim"? Até que ponto estes entraves não serão representativos de um nicho do que realmente da Academia? Porque buscamos um passado cristalizado que nunca existiu, sem ambicionar deixar a nossa marca enquanto geração? Acredito que a Academia de Coimbra mantém a capacidade de criar e reinventar que construiu a História que carregamos com orgulho. Mas ter orgulho não chega: temos de lhe fazer jus.

-DISA PALMA

Referência: NUNES, António. Identidades(s) e moda: percursos contemporâneos da capa e batina e insígnias dos conimbricenses

---

sexta-feira, 1 de dezembro de 2023.

Xora diretora,

Num reino não muito distante existia a Casa-Mãe, esta era governada por dirigentes com habilidades de liderança. Da mesma florescia uma estrutura, onde a liderança era forte como as ondas do mar, no entanto esta, recentemente, foi-se esvaindo como o velho Mondego durante o verão. Os seus dirigentes, tinham habilidades gerenciais tão afiadas quanto uma colher de plástico que conduziam a estrutura como se estivessem a organizar uma viagem ao Choupal, onde a falta de planeamento e a confusão, eram os principais combustíveis.

O plenário tornou-se uma espécie de espetáculo de comédia involuntária onde quem o liderava tinha um discurso mais confuso do que as instruções de montagem de móveis suecos do IKEA.

A falta de transparência atingia resultados olímpicos, nunca antes vistos nesta Academia e as decisões eram tomadas por meio de um método científico comprovado pela sua eficácia, conhecido como "deixar andar". Os membros eram convidados a apostar nas suas opções favoritas, enquanto os dirigentes lançavam uma moeda ao ar, determinando assim o destino da estrutura. Um sistema democrático inovador e sustentável, se me permitem dizer.

Esta estrutura, cheia de burgueses, incapazes de liderar um batalhão de formigas, transformaram o que poderia ter sido uma comunidade unida e verdejante numa comédia rasca e suja, que nem os seus espectadores atrai, tornando-a na vergonha da Casa.

Eu sonho num lugar onde se possa aprender que liderar vai além de mandar moedas ao ar, de deixar andar e rezar para que ninguém note que não se faz nada. A mim, resta-me apenas torcer para que alguém algures na Associação Académica de Coimbra volte a ter uma liderança sustentável que honre esta estrutura.

-UM ASSOCIADO INDIGNADO

CABRA DA PESTE

- POR DUARTE NUNES -

SECÇÃO FILATÉLICA

- POR JOSÉ CURA -

Situada na Alta da cidade, a Sé Velha de Coimbra é o mais importante monumento português do período românico e aquele onde os traços originais ainda se mantêm.

O seu projeto é atribuído ao mestre Roberto, de origem francesa, que a projetou na 2ª metade do século XII, e que também esteve envolvido na construção da Igreja de Santa Cruz. O culto foi iniciado em 1184, tendo servido de Sé episcopal até 1772. Na Sé está sepultado D. Sesnando, Conde de Coimbra.

O exterior tem a forma paralelepipédica, o que lhe confere um aspeto robusto. Como é normal, o seu interior tem vestígios de várias épocas, espelhando as múltiplas influências da sua longa vida, como seja ornatos manuelinos num altar, claustros góticos, retábulo de influência da renascença, etc.. O monumento possui tanto no seu interior como no Claustro várias capelas com características próprias.

São várias as peças filatélica que retratam a Sé Velha, mas a mais conhecida é o selo de 1$75, lançado a 20 de novembro de 1935. O desenho e gravura deste selo foi feito em França, no Institut de Gravure et d'Impréssion de Papiers-Valeurs de Paris. Impresso na Casa da Moeda, em papel liso e em folhas de 100 selos, circulou até 30 de setembro de 1945.

São diversos os inteiros postais que retratam tanto o exterior como vários pormenores do seu interior, p. ex. Zimbrório e Cruzeiro, Nave colateral, Claustro, ou Túmulo Episcopal. Existe ainda um carimbo comemorativo e várias vinhetas sem valor postal.

próxima jogada

08/12

16h Académica Rugby vs São Miguel

09/12

Académica Andebol vs Sporting B 17h

Académica Hóquei vs Sanjoanense

Académica OAF vs Oliveira do Hospital 20h30

10/12

15h Académica SF vs Sourense

16/12

Académica Basket Feminino vs AD Vagos 14h30

Académica Hóquei Feminino vs Escola Livre 15h

Académica Basket vs Sampaense 15h

07/01

15h Académica SF vs UD Turquel

Celebrar 134 anos de história da Via Latina

- POR CÁSSIA FONSECA – ARQUIVO DA SECÇÃO DE JORNALISMO DA AAC -

A "Via Latina" nasce a 28 de novembro de 1889 sob o título "Folha Semanal". O futuro não se avizinhou famoso para a revista, que esteve suspensa durante 35 anos. "Revista de Estudantes de Coimbra" foi, em 1924, o subtítulo atribuído numa tentativa de revitalização do projeto, contudo o número seguinte só viu a luz do dia uma década depois. Aquando da celebração do IV centenário da Universidade de Coimbra (1937) surge uma oportunidade para revigorar a revista. Apesar de contar com o nome de colaboradores notáveis, o sucesso não foi momentâneo. Em 1941, o projeto assume-se como "Órgão da Associação Académica de Coimbra", contando com a colaboração de Salgado Zenha (presidente da AAC). Começou-se a escrever sobre cultura, como música e literatura.

Nos anos 50, a poesia preenche um lugar na revista, com o surgimento do "Suplemento de Poesia". José Afonso foi um dos nomes assinados. A década de 1960 enfrentou mudanças tanto no âmbito da direção quanto na temática e a censura continuava a deixar a sua pesada marca na revista. Em abril de 1961, após a publicação da "Carta a uma jovem portuguesa", a controvérsia instala-se. A carta iniciou, de certa forma, a discussão sobre o papel da mulher no quotidiano estudantil, questionando também as formas de validação do feminino e a posição que esta deveria ocupar na sociedade. A contenda causou, inevitavelmente, um confronto marcado por uma grande intransigência de atitudes e de pontos de vista. A discussão tomou tal proporção que a "Via Latina" viu – se obrigada a publicar uma edição somente dedicada a opiniões em relação à carta.

A liberdade interventiva e política, reprimida por tantos anos de censura, tomou lugar após a "Revolução dos Cravos" (1974) e a revista não lhe ficou indiferente. Na ressaca da revolução de abril, a revista assumiu então, um carácter de intervenção política bem característico da época.

Após mais interrupções, a "Via Latina" reapareceu, em 1981, como "Revista Cultural da AAC". Em 1991, a última edição é lançada, agora intitulada "Fórum de Confrontação de Ideias". Foi a edição mais extensa da revista pois, para além de um volume principal, com cerca de 360 páginas, publicou-se também um suplemento dedicado a Macau.

A Via Latina retoma em 2004 e é suspensa em 2015. Esta suspensão representa um capítulo significativo na história da imprensa académica de Coimbra. Mais do que uma revista, foi a voz interventiva de estudantes com ideais a defender, em períodos revoltosos, que se adaptaram e resistiram às mudanças sociais e políticas contemporâneas.

OBITUÁRIO

- POR CABRA COVEIRA -

Eco-incompetência 101

Já acabou, Jéssica? O fim do ecológico está mais próximo que o fim do fóssil. Em dois anos, o GE provou uma teoria: quanto pior o órgão, mais manos da JCP vão para lá. É o NOSSO grupo. Desde que tenhamos cartão de estudante.

O "Grupo Ecológico: Civil War" não chegou a tempo do Caminhos, mas vai encaminhado para os três Rs: rotos, rançosos e rumo ao abismo. A única coisa que conseguem reciclar é as mesmas frases nas magnas. E disse!

O GE ganhou o prémio de secção do ano no ano letivo em que vai morrer. Outra vez. It's the circle of life. A vossa estrutura está cheia de Gretas: só aparece volta e meia para aquela polémica gostosa. Chupem que é verde!

Coimbra 2034

Passaram-se 10 anos desde que vi uma estudante de colete pela última vez. A profecia foi cumprida! Esta tu não previas, oh Maya... De magnífico Amílcar a ImperaDOR Falcão. Pelo menos é como lhe chamam na imprensa do regime. Os edifícios do politécnico são agora masmorras para os estudantes que se recusam a tirar fotos de capa e batina com os turistas. Até ouvi dizer que um caloiro de direito se recusou e foi mandado para o Serviço de Catering da Corte Real. Até o Zé Manel virou bobo. Desde 2023 que os duques vêm prestar vassalagem anualmente. Já o dux nunca mais cá meteu os pés. Foi obrigado a rapar o bigode... A serenata da Queima das Fitas é o hino do regime em loop tocado por hologramas de estudantes.

Editorial

Não é possível ser jornalista por baixo dos escombros

- POR ANA FILIPA PAZ -

É com um nó na garganta que vos escrevo isto. Nos últimos dois meses temos presenciado um dos maiores massacres da história e, em especial, um constante atentado terrorista à liberdade de imprensa e à dignidade profissional. Até sexta-feira, dia 1 de dezembro, foram registados 61 jornalistas mortos no conflito na faixa de Gaza. Segundo o Comité para a Proteção dos Jornalistas, desde 1992 (ano de fundação), nunca um conflito resultou em tantas mortes. Neste preciso momento, jornalistas prevêem a sua morte nas redes sociais, enquanto veem a própria família desaparecer do seu colo. Têm medo de usar os equipamentos de identificação, são perseguidos e raptados. Mães, pais, filhos, netos... Profissionais mortos. A luta pela sobrevivência é ainda mais dificultada pelos cortes de luz, água e combustível, que eliminam qualquer possibilidade de estabelecer ligação com o resto do mundo e denunciar o genocídio que ali se vive. Cidadãos de Gaza vêm-se obrigados a desempenhar também o papel de jornalista e documentar os crimes humanitários à sua volta. Chamar-lhe 'jornalismo de cidadão' não faz juz ao desespero com que abdicam da sua segurança para informar o resto do mundo, na esperança de ver um fim ao seu sofrimento.

Num contexto de total opressão e tragédia, a exigência por informação verdadeira e fundamentada é completamente indispensável. Sem o trabalho dos jornalistas de guerra, estaríamos condenados a um mar de desinformação e informação propositadamente manipulada que serve apenas de alimento ao discurso binário e populista que se tem apoderado do espaço mediático.

Assusta-me pensar no futuro destes colegas. Entristece-me lembrar os que partiram em serviço. Revolta-me que deixemos que todos os direitos dos jornalistas sejam postos em causa e o respeito pela vida humana pisado com tanto desamor.

ERRATA

Na capa da edição 317 do Jornal Universitário de Coimbra - A CABRA, na chamada de página da editoria de Ciência e Tecnologia, deve-se ler "queda do Governo" e corrigida a gralha para "raiz". A partir da página 10 a data está incorreta, devendo-se ler 14 de novembro de 2023.

Na página 3, as fotografias das candidatas à MAM/AAC estão trocadas.

Nos créditos das fotografias de Renato Daniel deve-se ler "por Alexandra Guimarães".

No artigo da página 10 onde se lê "membro do grupo há dez anos" deve-se ler "há cinco".

Na crónica de cinema, na página 22, o nome correto da autora da obra é Agustina Bessa- Luís.

Na página 24 da edição 317 do Jornal Universitário de Coimbra - A CABRA, deve acrescentar-se "Simão Moura" na colaboração de fotografia e ilustração. Na mesma página deve-se ler "Leonor Viegas" e "Bruna Fontaine" nos créditos dos colaboradores nesta edição.

Aos visados, as nossas desculpas

FICHA TÉCNICA

Jornal Universitário de Coimbra - A CABRA
Depósito Legal nº478319/20
Registo ICS nº116759
Propriedade Associação Académica de Coimbra

Morada Secção de Jornalismo
Rua Padre António Vieira, 1
3000-315 Coimbra

acabra

Diretora Ana Filipa Paz

Equipa Editorial Daniela Fazendeiro & Alexandra Guimarães (Ensino Superior), Raquel Lucas & Sofia Moreira (Cultura), Larissa Britto e Fábio Torres (Desporto), Ana Cardoso & Eduardo Neves & Sofia Ramos (Ciência & Tecnologia), Clara Neto & Luísa Rodrigues (Cidade), Sofia Ramos (Fotografia)

Colaborou nesta edição Mafalda Adão, Joana Almeida, Ivan Barbeira, Débora Borges, Guilherme Borges, Ana Raquel Cardoso, Sofia Cardoso, Raquel Chaves, Francisca Costa, Pedro Cruz, Catarina Duarte, Bruna Fontaine, Solange Francisco, Iris Jesus, Raquel Lucas, Camila Luís, Luísa Malva, Liliana Martins, Xavier Marques, Matilde Mendes, Bárbara Monteiro, Francisco Monteiro, Matilde Paz, Inês Reis, Andrielly Santos, Jéssica Soares, Maria Sílvia, Marta Tavares, Afonso de Vasconcelos, Leonor Viegas

Conselho de Redação Luís Almeida, Francisco Barata, Tomás Barros, Joana Carvalho, Carina Costa, Inês Duarte, Filipe Furtado, Leonor Garrido, Hugo Guímaro, Luísa Mendonça, Margarida Mota, Bruno Oliveira, João Diogo Pimentel, Paulo Sérgio Santos, Pedro Emauz Silva

Fotografia e Ilustração Daniela Fazendeiro, Joana Carvalho, Alexandra Guimarães, Clara Neto, Catarina Duarte, Débora Borges, Miguel Pombo, Gustavo Eler, Matilde Paz, Duarte Nunes, Maria Sílvia, Simão Moura

Paginação Lucas Yamamoto e Lunna Santana

Impressão FIG - Indústrias Gráficas, S.A.
Telf.239 499 922, Fax: 239 499 981, e-mail: fig@fig.pt
Produção Secção de Jornalismo da Associação Académica de Coimbra
Tiragem 2000